

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>01977-1</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.</b>	3 - CNPJ <b>02.919.555/0001-67</b>
4 - NIRE <b>25300322746</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		2 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
3 - CEP 04534-013	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3074-2404	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 11	12 - FAX 3074-2405	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL ri@ohlbrasil.com.br			

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME Alessandro Scotoni Levy			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		3 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
4 - CEP 04534-013	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3074-2404	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 011	13 - FAX 3074-2405	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL alessandro@ohlbrasil.com.br			

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Edgar Jabbour					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 839.554.458-87		

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	68.889	68.889	68.889
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	68.889	68.889	68.889
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estrangeira Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3110 - Emp. Adm. Part. - Const. Civil, Mat. Const. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Gerenciamento de concessões públicas
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 08/06/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	1.671.088	1.432.119
1.01	Ativo Circulante	251.548	92.798
1.01.01	Disponibilidades	163.824	12.018
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	163.824	12.018
1.01.02	Créditos	79.021	48.333
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	79.021	48.333
1.01.02.02.01	Contas a receber - sociedades ligadas	79.021	48.333
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	8.703	32.447
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	240	133
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	8.075	8.720
1.01.04.03	Adiantamentos para novos projetos	0	256
1.01.04.04	Dividendos a receber	0	22.978
1.01.04.05	Outros Créditos	388	360
1.02	Ativo Não Circulante	1.419.540	1.339.321
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	420.046	419.872
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	416.000	416.000
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	416.000	416.000
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	4.046	3.872
1.02.01.03.01	Cauções contratuais	83	83
1.02.01.03.02	Depósitos Judiciais	3.918	3.717
1.02.01.03.03	Outras contas a receber	45	72
1.02.02	Ativo Permanente	999.494	919.449
1.02.02.01	Investimentos	993.262	914.482
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	993.262	914.482
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.858	4.642
1.02.02.03	Intangível	374	325
1.02.02.04	Diferido	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	1.671.088	1.432.119
2.01	Passivo Circulante	117.985	93.455
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	805	833
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6.122	5.195
2.01.04.01	Obrigações Sociais	5.011	3.648
2.01.04.02	Obrigações Fiscais	1.111	1.547
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	41.866
2.01.05.01	Dividendos Propostos	0	41.866
2.01.06	Provisões	110.930	45.410
2.01.06.01	Provisões diversas - Sociedades Ligadas	110.930	45.410
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	128	151
2.01.08.01	Cauções Contratuais	13	13
2.01.08.02	Outras contas a pagar	115	138
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	356.000	356.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	356.000	356.000
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.197.103	982.664
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	670.291	455.852
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	89.209	217.213	65.937	138.199
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.622)	(13.904)	(3.537)	(13.133)
3.06.02.01	Gerais e administrativas	(2.087)	(8.586)	(822)	(7.670)
3.06.02.02	Remuneração da Administração	(1.510)	(3.954)	(2.151)	(3.645)
3.06.02.03	Tributárias	(25)	(1.364)	(564)	(1.818)
3.06.02.04	Outras receitas operacionais, líquidas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	4.473	8.013	2.265	5.570
3.06.03.01	Receitas Financeiras	16.488	39.444	11.692	37.217
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	16.491	39.412	11.644	37.031
3.06.03.01.02	Varição cambial, líquida	(3)	32	48	186
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(12.015)	(31.431)	(9.427)	(31.647)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	458	2.204	311	1.652
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	87.900	220.900	66.898	144.110
3.07	Resultado Operacional	89.209	217.213	65.937	138.199
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	89.209	217.213	65.937	138.199
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(326)	(2.393)	(1.097)	(2.261)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	88.883	214.820	64.840	135.938
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,29024	3,11835	0,94122	1,97329
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	702	(8.533)	(2.083)	(13.132)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(89.040)	(224.176)	(67.845)	(146.803)
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	272	757	184	546
4.01.01.02	Amortização de Ágio de Investimento	0	0	0	0
4.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados	2	43	16	(5)
4.01.01.04	Impostos a recuperar	0	0	0	0
4.01.01.05	Receitas (despesas) de juros líquidas	(1.414)	(4.076)	(1.147)	(3.234)
4.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	0	0	0
4.01.01.07	Equivalência Patrimonial	(87.900)	(220.900)	(66.898)	(144.110)
4.01.01.08	Outro contas a receber	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	859	823	922	(2.267)
4.01.02.01	Contas a Receber	7	19	13	132
4.01.02.02	Estoques	0	0	0	0
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	164	(107)	130	(199)
4.01.02.04	Impostos a Recuperar	(171)	645	443	(2.372)
4.01.02.05	Contas a Receber - Sociedades Ligadas	0	0	51	350
4.01.02.06	Outros	394	(221)	(49)	(815)
4.01.02.07	Fornecedores	(210)	(28)	(98)	(293)
4.01.02.08	Obrigações Sociais	1.166	1.363	690	577
4.01.02.09	Obrigações Fiscais	(494)	(436)	(182)	575
4.01.02.10	Contas a pagar - Sociedades Ligadas	0	0	0	0
4.01.02.11	Cauções Construtuais	0	0	0	0
4.01.02.12	Outros	3	(412)	(76)	(222)
4.01.02.13	Recebimento de Dividendos	0	0	0	0
4.01.03	Outros	88.883	214.820	64.840	135.938
4.01.03.01	Lucro Líquido do Período	88.883	214.820	64.840	135.938
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	76.248	163.297	(2.647)	36.911

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.02.01	Acréscimo nos depósitos vinculados	0	0	0	0
4.02.02	Valor resgatado dos depósitos vinculados	0	0	0	0
4.02.03	Pagamento do Ativo Imobilizado	0	0	0	0
4.02.04	Adições ao Diferido	0	0	0	0
4.02.05	Adições ao Intangível	(10)	(133)	0	(138)
4.02.06	Acréscimos nos Investimentos	0	0	0	0
4.02.07	Adiantamento para novos projetos	0	256	(3)	(9)
4.02.08	Empréstimo de Mútuo Empresas Ligadas	0	0	0	0
4.02.09	Aquisições de Ativo Imobilizado	(732)	(1.931)	(324)	(801)
4.02.10	Redução (Aumento) capital Soc.Controlada	61.092	116.092	0	9.000
4.02.11	Recebimento de juros sobre capital	0	13.648	5.680	17.206
4.02.12	Recebimento de dividendos	0	68.281	0	8.557
4.02.13	Recebimento de dividendos - ex. anterior	45.898	68.876	0	104.096
4.02.14	Adições aos Investimentos	(30.000)	(101.792)	(8.000)	(101.000)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	38.908	(2.958)	0	5.689
4.03.01	Capacitações	0	0	0	0
4.03.02	Pagamentos	0	0	0	0
4.03.03	Pagamentos de Credores pela Concessão	0	0	0	0
4.03.04	Pagamento de dividendos	0	(41.866)	0	0
4.03.05	Pagamento de Mútuos de empresas ligadas	0	0	0	0
4.03.06	Caixa Líquido ger/utili. nas atv. de fom	0	0	0	0
4.03.07	Recebimento de Mútuo	0	0	0	5.689
4.03.08	Contas a Pagar - Soc. Ligadas	38.908	38.908	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	115.858	151.806	(4.730)	29.468
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.966	12.018	39.530	5.332
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	163.824	163.824	34.800	34.800



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	125.554	(22.271)	1.108.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	125.554	(22.271)	1.108.218
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	88.883	0	88.883
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	2	0	2
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	2	0	2
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	214.439	(22.271)	1.197.103

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	214.820	0	214.820
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(381)	0	(381)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	214.439	(22.271)	1.197.103

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	4.437.272	3.467.614
1.01	Ativo Circulante	1.166.010	532.244
1.01.01	Disponibilidades	981.125	442.192
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	981.125	442.192
1.01.02	Créditos	80.327	64.228
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	80.327	64.228
1.01.02.02.01	Contas a Receber	80.203	64.141
1.01.02.02.02	Contas a Receber - Pessoas Ligadas	124	87
1.01.03	Estoques	3.059	2.279
1.01.04	Outros	101.499	23.545
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	11.470	6.762
1.01.04.02	IR & CS Diferido	0	0
1.01.04.03	Impostos a Recuperar	17.435	13.550
1.01.04.04	Adiantamento para novos projetos	0	256
1.01.04.05	Aplicações Financeiras Vinculadas	67.151	0
1.01.04.06	Outros Créditos	5.443	2.977
1.02	Ativo Não Circulante	3.271.262	2.935.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	79.793	79.867
1.02.01.01	Créditos Diversos	294	5.298
1.02.01.01.01	Aplicações financeiras vinculadas	294	5.298
1.02.01.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.03	Outros	79.499	74.569
1.02.01.01.03.01	Impostos a recuperar	1.695	1.699
1.02.01.01.03.02	Despesas Antecipadas	24	510
1.02.01.01.03.03	Cauções contratuais	97	98
1.02.01.01.03.04	IR& CS Diferido	66.514	61.530
1.02.01.01.03.05	Depósitos Judiciais	11.110	10.660
1.02.01.01.03.06	Outras contas a receber	59	72
1.02.02	Ativo Permanente	3.191.469	2.855.503
1.02.02.01	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	1.053	1.053
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	33.073	27.671
1.02.02.03	Intangível	3.157.343	2.826.779
1.02.02.04	Diferido	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

**08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	4.437.272	3.467.614
2.01	Passivo Circulante	1.614.709	1.280.972
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.082.226	946.883
2.01.02	Debêntures	199.042	0
2.01.03	Fornecedores	75.278	55.076
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	100.713	82.137
2.01.04.01	Obrigações sociais	44.087	33.358
2.01.04.02	Obrigações fiscais	56.626	48.779
2.01.04.03	IR e CS Diferidos	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	41.866
2.01.05.01	Dividendos propostos	0	41.866
2.01.06	Provisões	39.854	67.552
2.01.06.01	Provisões diversas - sociedades ligadas	0	0
2.01.06.02	Provisão para contingência	0	0
2.01.06.03	Provisão para manutenção em rodovia	32.600	62.474
2.01.06.04	Provisão para investimento em rodovia	7.254	5.078
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	830	895
2.01.08	Outros	116.766	86.563
2.01.08.01	Outras contas a pagar	35.530	10.958
2.01.08.02	Cauções contratuais	22.658	20.411
2.01.08.03	Credores pela concessão	58.578	55.194
2.02	Passivo Não Circulante	1.745.556	1.335.460
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.745.556	1.335.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.566	847.050
2.02.01.02	Debêntures	1.189.192	0
2.02.01.03	Provisões	178.246	147.376
2.02.01.03.01	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	8.734	7.368
2.02.01.03.02	Provisões para manutenção em rodovias	113.138	78.756
2.02.01.03.03	Provisões para investimento em rodovias	56.374	61.252
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	344.552	341.034
2.02.01.06.01	Credores pela concessão	316.381	320.576
2.02.01.06.02	Receita diferida	877	452
2.02.01.06.03	IR e CS Diferidos	24.873	17.765
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	2.421	2.241
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.077.007	851.182
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	550.195	324.370
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	637.102	1.715.088	504.227	1.450.785
3.02	Deduções da Receita Bruta	(42.211)	(115.108)	(34.388)	(86.358)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	594.891	1.599.980	469.839	1.364.427
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(368.196)	(1.000.156)	(274.337)	(919.335)
3.05	Resultado Bruto	226.695	599.824	195.502	445.092
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(87.841)	(263.903)	(92.972)	(225.119)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(35.985)	(107.093)	(34.529)	(103.664)
3.06.02.01	Gerais e administrativa	(31.187)	(93.630)	(28.685)	(87.701)
3.06.02.02	Remuneração da administração	(3.147)	(8.788)	(4.010)	(9.182)
3.06.02.03	Tributárias	(174)	(1.910)	(731)	(2.748)
3.06.02.04	Amortização do ágio em investimentos	(2.034)	(6.101)	(2.033)	(6.099)
3.06.02.05	Outras receitas operacionais, líquidas	557	3.336	930	2.066
3.06.03	Financeiras	(51.856)	(156.810)	(58.443)	(121.455)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	30.263	61.999	(1.853)	23.414
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	30.266	61.967	(1.890)	23.236
3.06.03.01.02	Varição Cambial	(3)	32	37	178
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(82.119)	(218.809)	(56.590)	(144.869)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	138.854	335.921	102.530	219.973
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	138.854	335.921	102.530	219.973
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(46.836)	(107.588)	(33.469)	(77.816)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.11	IR Diferido	665	(2.127)	(778)	1.784
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	92.683	226.206	68.283	143.941
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,34540	3,28363	0,99120	2,08946
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	214.373	516.794	172.511	385.425
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	125.548	353.449	124.303	249.489
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	45.949	126.089	36.954	97.166
4.01.01.02	Amortizações de Ágio em Investimento	2.034	6.101	2.033	6.099
4.01.01.03	Baixa de Ativos imob. pelo val. res.	1.036	522	10.582	11.345
4.01.01.04	IR & CS Diferidos	(665)	2.127	778	(1.728)
4.01.01.05	Despesas de juros, líquidas	0	0	0	0
4.01.01.06	Receitas com aplicações vinculadas	(1.653)	(2.163)	271	0
4.01.01.07	Juros e variações de empréstimos	6.610	105.374	75.232	122.572
4.01.01.08	Juros e variações de debentures	66.483	72.853	0	0
4.01.01.09	Despesas financeiras AVP	1.450	6.037	(5.487)	(243)
4.01.01.10	Riscos civeis, trabalhistas e fiscais	1.222	1.366	1.122	3.527
4.01.01.11	Constituição de provisã para manutenção	(8.465)	(5.073)	(660)	2.245
4.01.01.12	Receita diferida	0	0	0	0
4.01.01.13	Credores pela concessão	11.547	40.216	3.478	8.506
4.01.01.14	Pagamento de juros federais	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(3.548)	(60.395)	(20.287)	(11.595)
4.01.02.01	Contas a Receber	(9.165)	(16.062)	(14.059)	(27.581)
4.01.02.02	Estoques	560	(780)	203	1.173
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(1.028)	(4.222)	(937)	(6.828)
4.01.02.04	Impostos a Recuperar	(2.669)	(3.653)	(501)	(2.285)
4.01.02.05	Outros	0	0	0	0
4.01.02.06	Fornecedores	(15.725)	(24.537)	(19.082)	28.963
4.01.02.07	Obrigações Sociais	7.172	10.729	6.709	15.861
4.01.02.08	Obrigações Fiscais	11.606	36.093	8.010	(11.077)
4.01.02.09	Cauções Contratuais	(51)	2.247	(1.768)	1.224
4.01.02.10	Outros	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/03/2009 a 30/09/2009	7 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01.02.11	Contas a receber sociedade ligada	114	(37)	0	0	0
4.01.02.12	Cauções contratuais	0	1	0	(101)	
4.01.02.13	Depositos Judiciais	(519)	(450)	50	(1.786)	
4.01.02.14	Outras contas a receber	(8)	13	11	60	
4.01.02.15	Outras contas a pagar	26.416	24.752	1.215	(9.777)	
4.01.02.16	Pagamento Juros - Concessões federais	(20.123)	(56.540)	0	0	
4.01.02.17	Credores pela concessão	249	325	202	197	
4.01.02.18	Recita diferida	(377)	425	(340)	362	
4.01.02.19	Fornecedores partes relacionadas	0	(69)	0	0	
4.01.02.20	Imposto de renda e contrib.social pagos	0	(28.630)	0	0	
4.01.03	Outros	92.373	223.740	68.495	147.531	
4.01.03.01	Lucro Líquido do Período	92.683	226.206	68.283	143.941	
4.01.03.02	Outros	(310)	(2.466)	212	3.590	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(189.304)	(490.282)	(150.319)	(632.620)	
4.02.01	Acréscimo(redução) aplicações vinculadas	(69.213)	(124.706)	69	309	
4.02.02	Valor resgatado dos depósitos vinculados	39.789	64.494	(549)	(549)	
4.02.03	Pagamentos de Ativos Imobilizados	(2.504)	(11.906)	(2.157)	(11.069)	
4.02.04	Adições ao Diferido	0	0	0	0	
4.02.05	Adições ao Intangível	(157.376)	(418.420)	(147.679)	(621.302)	
4.02.06	Adiantamento para novos projetos	0	256	(3)	(9)	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(30.808)	512.421	(334.407)	458.360	
4.03.01	Emprest. e Fin. - Captações	20.818	137.094	335.870	1.246.540	
4.03.02	Emprest. e Fin. - Pagamentos	26.309	(827.664)	(560.241)	(598.679)	
4.03.03	Emissão de Debêntures	0	1.372.854	0	0	
4.03.04	Pagamentos de Credores pela Concessão	(14.162)	(41.353)	(13.595)	(39.832)	
4.03.05	Pagamento de Dividendos	0	(41.866)	0	0	
4.03.06	Pagamento de juros	(6.300)	(29.171)	(96.441)	(149.669)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009	8 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.03.07	Outros pagamento de juros	(57.473)	(57.473)	0	0	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(5.739)	538.933	(312.215)	211.165		
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	986.864	442.192	639.664	116.284		
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	981.125	981.125	327.449	327.449		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	133.140	(22.271)	984.322
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	133.140	(22.271)	984.322
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	92.683	0	92.683
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucro	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	2	0	2
5.12.01	Lucro líquido do trimestre	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	2	0	2
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	225.825	(22.271)	1.077.007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	226.206	0	226.206
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(381)	0	(381)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	225.825	(22.271)	1.077.007

## OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada à Rua Joaquim Floriano, 913 - 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais – ITR da Sociedade individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços;
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil;
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral;
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 10 de maio de 2011.

#### 2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de setembro de 2010 e de 2009, de concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo:

##### Concessionárias Estaduais



- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhangüera, km 312,2, iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

#### Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o Km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o Km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o Km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o Km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o Km 35, do lado direito e entre o km 33 e o Km 35, do lado esquerdo.

- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8 Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

#### Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o Km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o Km 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP. nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

### Obras

#### Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

#### Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

#### Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

#### Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) nº 009/CIC/97/Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 e o km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos / retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334+860 e o Km 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado

dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 30 de setembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	<u>Total</u>
	<u>Previsão de 2010 a 2018</u>	<u>Previsão de 2011 a 2019</u>	<u>Previsão de 2011 a 2028</u>	<u>Previsão de 2011 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	84.262	48.894	414.266	48.064	595.486
Conserva especial	<u>255.546</u>	<u>195.673</u>	<u>291.291</u>	<u>211.180</u>	<u>953.690</u>
	<u>339.808</u>	<u>244.567</u>	<u>705.557</u>	<u>259.244</u>	<u>1.549.176</u>

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando da prestação de serviço de construção, está relacionado diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

### Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, nº 4.040 - Bairro

Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
  - 48,3 km de terceira faixa;
  - 10,2 km de vias laterais;
  - Construção de nove passarelas;
  - Construção de cinco praças de pedágio;
  - Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;

- Construção de 5 praças de pedágio;
  - Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR381, km 850,5 - Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
  - 94,16 km de vias laterais;
  - 10,3 km de variantes/contornos;
  - Construção de 50 passarelas;
  - Construção de 8 praças de pedágio;
  - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote

rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
  - 104,9 km de terceira faixa;
  - 109,6 km de vias laterais;
  - 23,6 km de variantes/contornos;
  - Construção de 51 passarelas;
  - Construção de 6 praças de pedágio;
  - Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSOs;
  - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
  - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:



- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no mês de dezembro para Planalto Sul, Fernão Dias e Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento à ANTT da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor Anual</u>	<u>Valor no Período da Concessão</u>
-----------------------	--------------------	--------------------------------------

Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	7.906	197.638
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>160.595</u>
	<u>27.277</u>	<u>681.906</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais. Sendo de responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão;
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos;
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade por ações de capital aberto na CVM foi concedido em 29 de março de 2010;
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 30 de setembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de

concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Previsão 2011 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Investimentos para melhorias na infraestrutura	279.005	643.512	459.671	1.095.351	770.780	3.248.319
Recuperações /Manutenções	<u>411.595</u>	<u>391.173</u>	<u>724.627</u>	<u>659.515</u>	<u>621.455</u>	<u>2.808.365</u>
Total	<u>690.600</u>	<u>1.034.685</u>	<u>1.184.298</u>	<u>1.754.866</u>	<u>1.392.235</u>	<u>6.056.684</u>

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Elaboramos as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRSs.

Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

### 3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

#### Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

#### Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial das demonstrações financeiras anual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das informações trimestrais são:

### 4.1. Base de consolidação

#### Combinações de negócio

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009:

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como o sendo o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRSs e os CPCs a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

### Princípios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, onde a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital Total / Votante</u>	
		<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte (indiretamente)	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%
SPR (d)	Brasil	100%	100%

(a) A Latina Manutenção constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

(b) A Paulista constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

- (c) A Latina Sinalização constituída em 2008 domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.
- (d) A SPR - Sociedade para Participações em rodovias S.A. (“SPR”), domiciliada à rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objetivo a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista, bem como o exercício de quaisquer atividades relacionadas com seu objeto social, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A SPR tem participação de 100% do capital social e votante da Vianorte.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, bem como os principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2.

#### Transações eliminadas na consolidação

##### 4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2010 e em, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

##### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.



Em 30 de setembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

#### 4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das informações trimestrais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2010 e de 2009.

#### 4.4. Ativo Diferido

O Pronunciamento CPC 43 (R1), determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, saldos foram eliminados nas informações trimestrais consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

#### 4.5. Ativo intangível

##### Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva demanda de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

##### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por se tratar basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a

avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o mesmo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

#### 4.8. Instrumentos financeiros passivos

##### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante, e não circulante com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados à época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, onde está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

#### 4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e para a contribuição social é calculada sobre a base tributável do período. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

##### Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 9.

#### 4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado

adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo com base sua vida útil-econômica ativos ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

#### 4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

#### 4.12. Passivos ajustados a valor presente.

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de

fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;

- **Credores da Concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos – nominal	7.505	5.217	6.603
Provisão para investimentos a valor presente	<u>7.254</u>	<u>5.078</u>	<u>6.405</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>251</u>	<u>139</u>	<u>198</u>
Provisão para manutenção - nominal	33.549	64.152	53.807
Provisão para manutenção a valor presente	<u>32.600</u>	<u>62.474</u>	<u>52.401</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>949</u>	<u>1.678</u>	<u>1.406</u>
Credores pela concessão – nominal (*)	59.803	56.600	55.879
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>58.578</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.225</u>	<u>1.406</u>	<u>1.346</u>
<u>Não circulantes</u>			
Provisão para investimentos - nominal	62.062	68.286	76.609
Provisão para investimentos a valor presente	<u>56.374</u>	<u>61.252</u>	<u>65.550</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>5.688</u>	<u>7.034</u>	<u>11.059</u>
Provisão para manutenção - nominal	136.735	92.986	87.491
Provisão para manutenção a valor presente	<u>113.138</u>	<u>78.756</u>	<u>78.121</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>23.597</u>	<u>14.230</u>	<u>9.370</u>
Credores pela concessão - nominal	390.588	402.603	464.631
Credores pela concessão a valor presente	<u>316.381</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>74.207</u>	<u>82.027</u>	<u>102.971</u>

(\*) Inclui a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

#### 4.13. Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Estas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

#### 4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio, cuja somatória estiver incluída na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada um passivo na rubrica “Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

#### 4.16. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Administração da Sociedade.

#### 4.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRS a seguir, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e ainda não editadas no Brasil pelo CPC.

As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1o de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção desta norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) - aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém se o transferidor retém certo nível de exposição o item continua em seu ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) - aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - *Income Taxes denominada "Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets"*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou



da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

IFRS 1: Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* que trata da eliminação de datas fixas para sua adoção inicial das IFRS. As modificações substituem a data fixa 1º de janeiro de 2004 para uma data de transição, de forma que a adoção inicial das IFRS não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS, novas e revisadas, apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em manter atualizado o conjunto de normas emitido no Brasil com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## 5. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) CONFORME EMITIDAS PELO IASB

### 5.1 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas (identificadas como Consolidado), para o trimestre findo em 30 de setembro de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- (i) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- (ii) Mensuração de combinações de negócios: a Sociedade optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos.
- (iii) Transição de contabilização para contratos de concessão: a aplicação retrospectiva foi adotada para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS1 e ICPC01 foram adotadas de forma prospectiva para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

#### Exceção das estimativas

A Sociedade aplicou a exceção obrigatória de adoção retroativa dos IFRSs referente a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das informações trimestrais de acordo com o novo padrão contábil em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras consolidadas pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	-	116.284
Contas a receber	38.449	-	38.449
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	3.390	-	3.390
Despesas antecipadas	4.771	-	4.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	(5.222)	-
Impostos a recuperar	11.875	-	11.875
Adiantamentos para novos projetos	247	-	247
Outros créditos	<u>4.957</u>	<u>-</u>	<u>4.957</u>
Total dos ativos circulantes	185.282	(5.222)	180.060
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5.036	-	5.036
Impostos a recuperar	1.717	-	1.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	51.795	59.796
Depósitos judiciais	4.772	-	4.772
Outras contas a receber	146	-	146
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	1.817.522	(1.795.817)	21.705
Intangível	376.236	1.962.019	2.338.255
Diferido	<u>158.507</u>	<u>(158.507)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	2.372.990	59.490	2.432.480
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u>2.558.272</u>	<u>54.268</u>	<u>2.612.540</u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	101.646	-	101.646

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
Fornecedores	124.662	-	124.662
Obrigações sociais	20.921	-	20.921
Obrigações fiscais	54.919	-	54.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	(4.576)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	978	-	978
Cauções contratuais	24.944	-	24.944
Dividendos propostos	25.041	-	25.041
Credores pela concessão	54.533	-	54.533
Provisão para manutenção em rodovias	-	52.401	52.401
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.405	6.405
Outras contas a pagar	<u>22.473</u>	<u>-</u>	<u>22.473</u>
Total dos passivos circulantes	434.693	54.230	488.923
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	935.070	-	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.495	-	3.495
Receita diferida	429	-	429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	4.564	13.586
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.121	78.121
Provisão para investimentos em rodovias	-	65.550	65.550
Outras contas a pagar	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Total dos passivos não circulantes	1.309.686	148.235	1.457.921
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(148.197)	138.884
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	813.893	(148.197)	665.696
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>2.558.272</b></u>	<u><b>54.268</b></u>	<u><b>2.612.540</b></u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	-	442.192
Contas a receber	64.141	-	64.141

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	2.279	-	2.279
Despesas antecipadas	6.762	-	6.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	(5.868)	-
Impostos a recuperar	13.550	-	13.550
Adiantamentos para novos projetos	256	-	256
Outros créditos	<u>2.977</u>	<u>-</u>	<u>2.977</u>
Total dos ativos circulantes	538.112	(5.868)	532.244
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	-	5.298
Impostos a recuperar	1.699	-	1.699
Despesas antecipadas	510	-	510
Cauções contratuais	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	47.441	61.530
Depósitos judiciais	10.660	-	10.660
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.298.276	(2.270.605)	27.671
Intangível	342.077	2.484.702	2.826.779
Diferido	<u>138.914</u>	<u>(138.914)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	2.812.746	122.624	2.935.370
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>3.350.858</b></u>	<u><b>116.756</b></u>	<u><b>3.467.614</b></u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	946.883	-	946.883
Fornecedores	55.076	-	55.076
Obrigações sociais	33.358	-	33.358
Obrigações fiscais	48.779	-	48.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	(1.057)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	895	-	895
Cauções contratuais	20.411	-	20.411
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Credores pela concessão	55.194	-	55.194
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.264	(7.264)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	62.474	62.474
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.078	5.078
Outras contas a pagar	<u>10.958</u>	<u>-</u>	<u>10.958</u>
Total dos passivos circulantes	1.221.741	59.231	1.280.972
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	847.050	-	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.264	7.368
Receita diferida	452	-	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	7.376	17.765
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.756	78.756
Provisão para investimentos em rodovias	-	61.252	61.252
Outras contas a pagar	<u>2.241</u>	<u>-</u>	<u>2.241</u>
Total dos passivos não circulantes	1.180.812	154.648	1.335.460
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			

Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	(97.123)	324.370
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	948.305	(97.123)	851.182
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>3.350.858</u>	<u>116.756</u>	<u>3.467.614</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 30 de setembro de 2010:

<u>ATIVOS</u>	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
Total dos ativos circulantes	<u>1.166.010</u>	<u>-</u>	<u>1.166.010</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	294	-	294
Impostos a recuperar	1.695	-	1.695
Despesas antecipadas	24	-	24
Cauções contratuais	97	-	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.088	46.426	66.514
Depósitos judiciais	11.110	-	11.110
Outras contas a receber	59	-	59
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.650.618	(2.617.545)	33.073
Intangível	313.637	2.843.706	3.157.343
Diferido	<u>127.528</u>	<u>(127.528)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	3.126.203	145.059	3.271.262
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u>4.292.213</u>	<u>145.059</u>	<u>4.437.272</u>

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.082.226	-	1.082.226
Debêntures	199.042	-	199.042
Fornecedores	75.278	-	75.278
Obrigações sociais	44.087	-	44.087
Obrigações fiscais	56.626	-	56.626
Contas a pagar - sociedades ligadas	830	-	830
Cauções contratuais	22.658	-	22.658
Credores pela concessão	58.578	-	58.578
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.639	(7.639)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	32.600	32.600
Provisão para investimentos em rodovias	-	7.254	7.254
Outras contas a pagar	<u>35.530</u>	<u>-</u>	<u>35.530</u>
Total dos passivos circulantes	1.582.494	32.215	1.614.709
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			

Empréstimos e financiamentos	33.566	-	33.566
Debêntures	1.189.192	-	1.189.192
Credores pela concessão	316.381	-	316.381
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.095	7.639	8.734
Receita diferida	877	-	877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.988	11.885	24.873
Provisão para manutenção em rodovias	-	113.138	113.138
Provisão para investimentos em rodovias	-	56.374	56.374
Outras contas a pagar	<u>2.421</u>	<u>-</u>	<u>2.421</u>
Total dos passivos não circulantes	1.556.520	189.036	1.745.556
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	626.387	(76.192)	550.195
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	1.153.199	(76.192)	1.077.007
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>4.292.213</u>	<u>145.059</u>	<u>4.437.272</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no patrimônio Líquido consolidado em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009:

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	1.153.199	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:			
Mudança de critério da amortização de investimentos	222.458	121.456	(1.267)
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(4.060)	(2.560)	(1.116)
Provisão para manutenção de rodovias	(295.378)	(206.531)	(128.708)
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(24.137)	(15.690)	(6.014)
Estorno de capitalização de Juros	(481)	(345)	(33)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado dos ajustes	34.541	35.212	46.623
Baixa do Ativo diferido líquida	(120.096)	(131.482)	(143.015)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	110.961	102.817	85.333
Total dos Ajustes	<u>(76.192)</u>	<u>(97.123)</u>	<u>(148.197)</u>
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>1.077.007</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do período consolidado em 30 de setembro de 2009:

	Trimestre				Período de nove meses	
	Saldos Originalmente apresentados		Saldos (Reapresentada)		Saldos	
	Ajustes	Ajustados	Originalmente apresentados	Ajustes	Ajustados	
RECEITAS	335.302	134.537	469.839	840.530	523.897	1.364.427
CUSTO DOS SERVIÇOS		-			-	
Custo dos serviços prestados	(165.268)	10.722	(154.546)	(474.311)	52.141	(422.170)
Custo dos serviços de construção		(119.791)	(119.791)		(497.165)	(497.165)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	(165.268)	(109.069)	(274.337)	(474.311)	(445.024)	(919.335)
LUCRO BRUTO	170.034	25.468	195.502	366.219	78.873	445.092
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		-			-	
Gerais e administrativas	(24.146)	(4.539)	(28.685)	(76.163)	(11.538)	(87.701)
Remuneração da Administração	(3.641)	(369)	(4.010)	(8.290)	(892)	(9.182)
Tributárias	(731)	-	(731)	(2.748)	-	(2.748)
Amortização do ágio em investimentos	(2.033)	-		(6.099)	-	(6.099)
Outras receitas operacionais, líquidas	535	395	930	2.066	-	2.066
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	140.018	20.955	160.973	274.985	66.443	341.428
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	(2.027)	137	(1.890)	22.736	500	23.236
Despesas financeiras	(53.966)	(2.624)	(56.590)	(136.719)	(8.150)	(144.869)
Variação cambial, líquida	37	-	37	178	-	178
	(55.956)	(2.487)	(58.443)	(113.805)	(7.650)	(121.455)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	84.062	18.468	102.530	161.180	58.793	219.973
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	(29.027)	(4.211)	(33.238)	(66.201)	(11.344)	(77.545)



	Trimestre			Período de nove meses		
	Saldos Originalmente apresentados		(Reapresentada)	Saldos Originalmente apresentados		
	Ajustes	Ajustados	Saldos ajustados	Ajustes	Ajustados	
Diferidos	920	(1.929)	(1.009)	10.676	(9.163)	1.513
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<u>55.955</u>	<u>12.328</u>	<u>68.283</u>	<u>105.655</u>	<u>38.286</u>	<u>143.941</u>

**Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do período consolidado em 30 de setembro de 2010:**

	Trimestre			Período de nove meses		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
RECEITAS	395.236	199.655	594.891	1.089.715	510.265	1.599.980
CUSTO DOS SERVIÇOS						
Custo dos serviços prestados	(182.519)	(6.257)	(188.776)	(536.750)	(4.164)	540.914
Custo dos serviços de construção		(179.420)	(179.420)		(459.242)	(459.242)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	(182.519)	(185.677)	(368.196)	(536.750)	(463.406)	(1.000.156)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<u>212.717</u>	<u>13.978</u>	<u>226.695</u>	<u>552.965</u>	<u>46.859</u>	<u>599.824</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(28.100)	(3.087)	(31.187)	(84.497)	(9.133)	(94.030)
Remuneração da Administração	(2.763)	(384)	(3.147)	(7.651)	(1.137)	(8.788)
Tributárias	(174)	-	(174)	(1.910)	-	(1.910)
Amortização do ágio em investimentos	(2.034)	-	(2.034)	(6.101)	-	(6.101)
Outras receitas operacionais, líquidas	557	-	557	3.336	-	3.336
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>180.203</u>	<u>10.507</u>	<u>190.710</u>	<u>456.142</u>	<u>36.589</u>	<u>492.731</u>
Receitas financeiras	29.918	348	30.266	61.188	779	61.967
Despesas financeiras	(79.016)	(3.103)	(82.119)	(209.818)	(8.991)	(218.809)
Variação cambial, líquida	(3)	-	(3)	32	-	32
	(49.101)	(2.755)	(51.856)	(148.598)	(8.212)	(156.810)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>131.102</u>	<u>7.752</u>	<u>138.854</u>	<u>307.544</u>	<u>28.377</u>	<u>335.921</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(43.531)	(3.310)	(46.841)	(99.923)	(7.662)	(107.585)
Diferidos	(1.253)	1.923	670	(2.341)	211	(2.130)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PÉRIODO</b>	<u>86.318</u>	<u>6.365</u>	<u>92.683</u>	<u>205.280</u>	<u>20.926</u>	<u>226.206</u>

## Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC na demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Trimestre 2009			Período de nove meses 2009		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	187.296	(35.771)	151.525	413.960	(37.422)	376.538
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(165.204)	19.677	(145.527)	(661.155)	23.436	(637.719)
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	(334.407)	16.194	(318.213)	458.360	13.986	472.346

	Trimestre 2010			Período de nove meses 2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	265.016	(41.882)	223.134	641.130	(119.865)	521.265
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(219.824)	23.906	(195.918)	(558.078)	66.107	(491.971)
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	(50.931)	17.976	(32.955)	455.881	53.758	509.639

### Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

#### ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão às previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições do ICPC 01 foram aplicadas retrospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos nos componentes do patrimônio líquido.

Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS 1 e ICPC 01 foram adotadas prospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Adicionalmente os contratos de concessão da Sociedade estão classificados no modelo de ativo intangível.

## 5.2 Informações trimestrais individuais

Na preparação das suas informações trimestrais individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Manutenção do ativo diferido na informações trimestrais individuais: O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e nº. 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às informações trimestrais individuais

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas informações trimestrais individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas informações trimestrais consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas informações trimestrais consolidadas.

Exceto pelos efeitos da manutenção dos efeitos do ativo diferido descritos no parágrafo anterior, a Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas informações trimestrais individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Total dos ativos circulantes	<u>27.729</u>	<u>      -</u>	<u>27.729</u>

NÃO CIRCULANTES

Contas a receber - partes relacionadas	424.041	-	424.041
Depósitos judiciais	3.106	-	3.106
Outras contas a receber	116	-	116
Investimentos em controladas e coligadas	751.430	(5.182)	746.248
Imobilizado	3.771	-	3.771
Intangível	231	-	231
Total dos ativos não circulantes	<u>1.182.695</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.177.513</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>1.210.424</b></u>	<u><b>(5.182)</b></u>	<u><b>1.205.242</b></u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Total dos passivos circulantes	<u>30.703</u>	<u>-</u>	<u>30.703</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>365.828</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>365.828</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(5.182)	281.899
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>813.893</u>	<u>(5.182)</u>	<u>808.711</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.210.424</b></u>	<u><b>(5.182)</b></u>	<u><b>1.205.242</b></u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço controladora de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Total dos ativos circulantes	<u>92.798</u>	— -	<u>92.798</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Contas a receber - partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.717	-	3.717
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	880.123	34.359	914.482
Imobilizado	4.642	-	4.642
Intangível	325	-	325
Total dos ativos não circulantes	<u>1.304.962</u>	<u>34.359</u>	<u>1.339.321</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>1.397.760</b></u>	<u><b>34.359</b></u>	<u><b>1.432.119</b></u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Total dos passivos circulantes	<u>93.455</u>	— -	<u>93.455</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>356.000</u>	— -	<u>356.000</u>
Total dos passivos não circulantes	356.000	-	356.000
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	34.359	455.852
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	9	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	948.305	34.359	982.664
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.397.760</b></u>	<u><b>34.359</b></u>	<u><b>1.432.119</b></u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de 30 de setembro de 2010:

<u>ATIVOS</u>	Saldos Originalmente apresentados 30.09.2010	Ajustes	Saldos Ajustados 30.09.2010
---------------	--	---------	--------------------------------

CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	<u>251.548</u>	<u>-</u>	<u>251.548</u>
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - Sociedades ligadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.918	-	3.918
Outras contas a receber	45	-	45
Investimentos em controladas e coligadas	949.359	43.903	993.262
Imobilizado	5.857	1	5.858
Intangível	374	-	374
Diferido	-	-	-
Total dos ativos não circulantes	<u>1.375.636</u>	<u>43.904</u>	<u>1.419.540</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.627.184</u>	<u>43.904</u>	<u>1.671.088</u>

	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos passivos circulantes	<u>117.985</u>	<u>-</u>	<u>117.985</u>
NÃO CIRCULANTES			
Total dos passivos não circulantes	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>356.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	626.387	43.904	670.291
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	(22.271)	-	(22.271)
Total do patrimônio líquido	<u>1.153.199</u>	<u>43.904</u>	<u>1.197.103</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.627.184</u>	<u>43.904</u>	<u>1.671.088</u>

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio Líquido da controladora em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009:

	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	1.153.199	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos			
Ajuste na Equivalência patrimonial pela mudança de critério Contábil	(67.057)	(68.458)	(90.515)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	110.961	102.817	85.333
Total dos Ajustes	<u>43.904</u>	<u>34.359</u>	<u>(5.182)</u>
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>1.197.103</u>	<u>982.664</u>	<u>808.711</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do período da controladora em 30 de setembro de 2009

	Trimestre			Período de nove meses		
	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS						
Equivalência patrimonial	58.013	8.885	66.898	113.827	30.283	144.110
LUCRO BRUTO	58.013	8.885	6.898	113.827	30.283	144.110
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-

Gerais e administrativas	(822)	-	(822)	(7.670)	-	(7.670)
Remuneração da Administração	(2.151)	-	(2.151)	(3.645)	-	(3.645)
Tributárias	(564)	-	(564)	(1.818)	-	(1.818)
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	311	-	311	1.652	-	1.652
	-	-	-	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>54.787</u>	<u>8.885</u>	<u>63.672</u>	<u>102.346</u>	<u>30.283</u>	<u>132.629</u>
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	11.644	-	11.644	37.031	-	37.031
Despesas financeiras	(9.427)	-	(9.427)	(31.647)	-	(31.647)
Variação cambial, líquida	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>186</u>
	2.265	-	2.265	5.570	-	5.570
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>57.052</u>	<u>8.885</u>	<u>65.937</u>	<u>107.916</u>	<u>30.283</u>	<u>138.199</u>
	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	(1.097)	-	(1.097)	(2.261)	-	(2.261)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>55.955</u>	<u>8.885</u>	<u>64.840</u>	<u>105.655</u>	<u>30.283</u>	<u>135.938</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do período da controladora em 30 de setembro de 2010

	Trimestre			Período de nove meses		
	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS						
Equivalência patrimonial	85.335	2.565	87.900	211.360	9.540	220.900
LUCRO BRUTO	85.335	2.565	87.900	211.360	9.540	220.900
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(2.087)	-	(2.087)	(8.586)	-	(8.586)
Remuneração da Administração	(1.510)	-	(1.510)	(3.954)	-	(3.954)
Tributárias	(25)	-	(25)	(1.364)	-	(1.364)
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	458	-	458	2.204	-	2.204
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	82.171	2.565	84.736	199.660	9.540	209.200
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	16.491	-	16.491	39.412	-	39.412
Despesas financeiras	(12.015)	-	(12.015)	(31.431)	-	(31.431)
Variação cambial, líquida	(3)	-	(3)	32	-	32
	4.473	-	4.473	8.013	-	8.013
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86.644	2.565	89.209	207.673	9.540	217.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	(326)	-	(326)	(2.393)	-	(2.393)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>86.318</u>	<u>2.565</u>	<u>88.883</u>	<u>205.280</u>	<u>9.540</u>	<u>214.820</u>

Não ocorreram efeitos na adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa da controladora entre as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

Exceto pela manutenção do saldo do ativo diferido, como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Abaixo apresentamos reconciliação do patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	Controladora		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio líquido controladora:	1.197.103	982.664	808.711
Ativo diferido	(120.096)	(131.482)	(143.015)
Patrimônio líquido consolidado	<u>1.077.007</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas por:

	Controladora	Consolidado
	-	-



	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e contas bancárias	771	1.061	765	15.136	20.379	42.827
Aplicações financeiras (*)	<u>163.053</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>965.989</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>
Total	<u>163.824</u>	<u>12.018</u>	<u>5.332</u>	<u>981.125</u>	<u>442.192</u>	<u>116.284</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificado de depósito bancário - CDB	163.053	10.957	4.567	354.497	361.856	44.526
Debêntures	-	-	-	-	36.989	27.263
Fundos de Investimentos	-	-	-	<u>611.492</u>	<u>22.968</u>	<u>1.668</u>
Total	<u>163.053</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>965.989</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>

## 7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>		
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Receitas acessórias a receber	100	538	403
Pedágio eletrônico a receber	72.514	57.759	35.100
Cupons de pedágio a receber	3.417	4.117	1.768
Cartões de pedágio a receber	2.670	1.070	-
Arrecadação de cartão de crédito	-	-	281
Outras	<u>1.502</u>	<u>657</u>	<u>897</u>
	<u>80.203</u>	<u>64.141</u>	<u>38.449</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificaram a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	8	31	34	6.920	6.470	4.771
Adiantamento a fornecedores	-	102	-	3.533	790	-
Outros	<u>232</u>	-	-	<u>1.041</u>	<u>12</u>	-
	<u>240</u>	<u>133</u>	<u>34</u>	<u>11.494</u>	<u>7.272</u>	<u>4.771</u>

Circulante	240	133	34	11.470	6.762	4.771
Não circulante	-	-	-	24	510	-

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
<b>Bases do ativo diferido:</b>			
Prejuízo Fiscal (a)	31.700	24.621	132
Provisão de Participação nos lucros	2.738	-	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.530	6.883	1.667
Direito de concessão incorporado (c)	9.180	17.700	29.506
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (b)	6.015	-	-
Mudança de prática contábil (d)	1.917	8.741	3.929
<b>Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):</b>			
Provisão para manutenção de	126.676	135.805	130.554
Provisão para investimentos	2.657	5.459	7.579
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	4.689	(22.365)	589
Ajuste dos encargos financeiros	<u>2.526</u>	<u>4.128</u>	<u>1.914</u>
Base de cálculo	195.628	180.972	175.870
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>66.514</u>	<u>61.530</u>	<u>59.796</u>
<b>Bases do passivo diferido:</b>			
Ajustes de leasing financeiro	133	194	129
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f)	20.336	21.935	28.173
Amortização do direito de outorga incorporado (g)	17.730	10.132	-
<b>Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):</b>			
Provisão para manutenção	(12.555)	(5.182)	-
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	51.233	26.568	187
Ajuste dos encargos financeiros	(3.722)	(1.397)	11.470
Base de cálculo	73.155	52.250	39.959
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>24.873</u>	<u>17.765</u>	<u>13.586</u>

- (a) Referem-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de 10 anos de realização, conforme instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Calculado com base na alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre provisões de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre as obrigações com o Poder Concedente.

- (e) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010.
- (f) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme nota explicativa 19.
- (g) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (h) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelo IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2010	1.570	141
2011	9.852	1.153
2012	5.901	1.470
2013	5.940	1.482
2014	6.156	1.136
Acima de 2014	<u>37.095</u>	<u>19.491</u>
	<u>66.514</u>	<u>24.873</u>

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social	5.374	8.626	-	7.060	11.138	1.780
IRRF sobre aplicações financeiras	570	46	1.469	6.621	3.449	2.914
IRRF sobre juros sobre capital próprio	42	42	3.296	42	42	3.296
IRRF sobre mútuo	2.057	-	1.662	2.635	57	1.662
PIS e COFINS a recuperar	26	-	6	41	374	1.885
IRRF sobre serviços de terceiros	1	-	-	886	6	2.039
Outros impostos a recuperar	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>1.845</u>	<u>183</u>	<u>16</u>
Total	<u>8.075</u>	<u>8.720</u>	<u>6.439</u>	<u>19.130</u>	<u>15.249</u>	<u>13.592</u>
Circulante	8.075	8.720	6.439	17.435	13.550	11.875

Não circulante - - - 1.695 1.699 1.717

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

### Informações trimestrais individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 30 de setembro de 2010 estão assim representados:

	30.09.2010						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação Capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	145.785	737.491	591.706	169.542	44.486
Centrovias	101.483.834	100%	96.867	627.046	530.179	185.392	44.196
Intervias	4.352.285	100%	199.060	744.413	545.353	206.147	70.626
Planalto Sul	25.001.000	100%	26.021	219.489	193.468	96.006	2.304
Fluminense	63.001.003	100%	69.682	313.352	243.670	108.395	10.744
Fernão Dias	168.001.00	100%	147.459	550.831	403.372	222.672	(7.545)
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	129.468	602.432	472.964	249.523	28.309
Litoral Sul	51.001.000	100%	48.795	360.235	311.440	154.954	8.010
SPR	117.329.142	100%	103.757	205.782	102.025	-	310
Paulista(*)	500.000	100%	6.364	14.681	8.317	35.239	3.816
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	11.078	34.594	23.516	142.221	10.745
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	7.873	11.626	3.753	20.697	4.899

(\*) Quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação Capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	153.209	539.362	386.153	205.375	49.158
Centrovias	105.423.237	100%	86.357	470.891	384.534	201.243	49.626
Intervias	4.352.285	100%	148.535	640.613	492.078	239.826	78.181
Planalto Sul	25.001.003	100%	23.717	204.716	180.999	110.812	(1.042)
Fluminense	63.001.003	100%	58.938	283.316	224.378	146.240	(3.748)
Fernão Dias	68.001.003	100%	55.004	405.582	350.578	236.933	(12.619)
Régis Bittencourt	84.001.000	100%	99.367	522.607	423.240	278.576	17.513
Litoral Sul	51.001.000	100%	40.785	310.126	269.341	194.473	(9.472)
SPR	233.420.000	100%	222.362	227.749	5.387	-	23.016
Paulista(*)	500.000	100%	5.348	10.378	5.030	37.687	6.528
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.133	28.489	14.356	137.392	21.990

Latina Sinalização(\*) 250.000 100% 5.674 10.124 4.450 23.757 7.674  
 (\*) Quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 01º de janeiro de 2009 estão assim representados:

	<u>01.01.2009</u>				
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo total</u>
Autovias	125.040.451	100%	119.860	527.501	407.641
Centrovias	105.423.237	100%	65.188	453.271	388.083
Intervias	4.352.285	100%	111.900	609.345	497.445
Planalto Sul	25.001.003	100%	24.759	114.097	89.338
Fluminense	31.001.003	100%	30.686	130.034	99.348
Fernão Dias	56.001.003	100%	55.623	234.094	178.471
Régis Bittencourt	44.001.000	100%	43.624	264.448	220.824
Litoral Sul	34.001.000	100%	33.257	162.668	129.411
SPR	242.420.000	100%	213.635	213.730	94
Paulista(*)	500.000	100%	20.620	33.526	12.906
Latina Manutenção(*)	250.000	100%	26.043	49.507	23.464
(*) Quotas					

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	<u>Saldo em 31.12.2009</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital próprio / dividendos</u>	<u>Equiv. Patrimonial Lucro (prejuízo) do período</u>	<u>Saldos em 30.09.2010</u>
Autovias	153.209		(51.910)	44.486	145.785
Centrovias	86.357	-	(33.686)	44.196	96.867
Intervias	148.535	-	(20.101)	70.626	199.060
Planalto Sul	23.717	-		2.304	26.021
Fluminense	58.938	-	-	10.744	69.682
Fernão Dias	55.004	100.000	-	(7.545)	147.459
Régis Bittencourt	99.367	1.792	-	28.309	129.468
Litoral Sul	40.785	-	-	8.010	48.795
SPR	222.362	(116.091)	(2.824)	310	103.757
Paulista	5.348	-	(2.800)	3.816	6.364
Latina Manutenção	14.133	-	(13.800)	10.745	11.078
Latina Sinalização	5.674	-	(2.700)	4.899	7.873
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>914.482</u>	<u>(14.299)</u>	<u>(127.821)</u>	<u>220.900</u>	<u>993.262</u>

(\*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Saldo em 01.01.2009	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio / dividendos	Equiv. Patrimonial Lucro (prejuízo) do exercício	Saldos em 31.12.2009
Autovias	119.860	-	(15.809)	49.158	153.209
Centrovias	65.188	-	(28.457)	49.626	86.357
Intervias	111.900	-	(41.546)	78.181	148.535
Planalto Sul	24.759	-	-	(1.042)	23.717
Fluminense	30.686	32.000	-	(3.748)	58.938
Fernão Dias	55.623	12.000	-	(12.619)	55.004
Régis Bittencourt	43.624	40.000	(1.770)	17.513	99.367
Litoral Sul	33.257	17.000	-	(9.472)	40.785
SPR	213.635	(9.000)	(5.289)	23.016	222.362
Paulista	20.620	-	(21.800)	6.528	5.348
Latina Manutenção	26.043	-	(33.900)	21.990	14.133
Latina Sinalização	-	-	(2.000)	7.674	5.674
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>746.248</u>	<u>92.000</u>	<u>(150.571)</u>	<u>226.805</u>	<u>914.482</u>

## 12. IMOBILIZADO

Controladora					
Móveis Utensílios e <u>Instalações</u>	Edifícios	Benfeitorias em bens de <u>terceiros</u>	Outras <u>imobilizações</u>	Terrenos	<u>Total</u>

Custo do imobilizado bruto

Saldo em 01.01.2009	761	2.776	928	998	-	5.463
Adições	212	6	510	854	-	1.582
Transferências	775	-	-	(775)	-	-
Alienações/baixas	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	-	6.937

Adições	442	-	296	608	586	1.932
Transferências	(200)	-	-	200	-	-
Alienações/baixas	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43)</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>1.947</u>	<u>2.782</u>	<u>1.719</u>	<u>1.792</u>	<u>586</u>	<u>8.826</u>

Depreciação acumulada

Saldo em 01.01.2009	(340)	(506)	(628)	(218)	-	(1.692)
Depreciações/amortizações	(137)	(111)	(296)	(148)	-	(692)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	-	(2.295)

Depreciações/amortizações	(142)	(83)	(229)	(219)	-	(673)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>(605)</u>	<u>(700)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(511)</u>	<u>-</u>	<u>(2.968)</u>

## Imobilizado líquido

Saldo em 01.01.2009	421	2.270	300	780	-	3.771
Saldo em 31.12.2009	1.272	2.165	513	692	-	4.642
Saldo em 30.09.2010	1.342	2.082	567	1.281	586	5.858



Consolidado

	Móveis	Equipamento	Prédios e	Computadores	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Maquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado	Total
	Utensílios e Instalações									Mobiliário	
<b>Custo do imobilizado bruto</b>											
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	-	3.442	1.546	1.276	29.577
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	-	2.933	864	37	13.038
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)
Alienações/baixas	<u>(18)</u>	<u>(681)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Saldo em 31.12.2009	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	-	6.375	1.011	2	39.642
Adições	761	808	306	735	5.026	888	586	1.189	672	93	11.064
Transferências	(45)	(586)	-	(33)	(3)	(183)	-	-	200	(80)	(730)
Alienações/baixas	<u>(59)</u>	<u>(370)</u>	<u>(19)</u>	<u>(2)</u>	<u>(409)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(859)</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>7.408</u>	<u>9.092</u>	<u>2.188</u>	<u>5.161</u>	<u>10.493</u>	<u>4.727</u>	<u>586</u>	<u>7.564</u>	<u>1.883</u>	<u>15</u>	<u>49.117</u>
<b>Depreciação acumulada</b>											
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	-	(711)	(221)	-	(7.872)
Depreciações/amortizações	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	-	(583)	(154)	-	(4.761)
Transferências	-	(163)	-	40	-	-	-	(509)	-	-	(632)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>554</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>530</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>1.294</u>
Saldo em 31.12.2009	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	-	(1.273)	(301)	-	(11.971)
Depreciações/amortizações	(616)	(766)	(260)	(732)	(1.411)	(56)	-	(465)	(223)	-	(4.529)
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Alienações/baixas	<u>11</u>	<u>321</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>515</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>(1.687)</u>	<u>(4.619)</u>	<u>(1.232)</u>	<u>(2.378)</u>	<u>(3.046)</u>	<u>(820)</u>	<u>-</u>	<u>(1.738)</u>	<u>(524)</u>	<u>-</u>	<u>(16.044)</u>
<b>Imobilizado líquido:</b>											
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	-	2.731	1.325	1.276	21.705
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	-	5.102	710	2	27.671
Saldo em 30.09.2010	5.721	4.473	956	2.783	7.447	3.907	586	5.826	1.359	15	33.073
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	

### 13. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

#### Controladora

#### Softwares

Custo do intangível:

Saldo em 01.01.2009	323
Adições	<u>181</u>
Saldo em 31.12.2009	504

Adições	<u>133</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>637</u>

Amortização acumulada:

Saldo em 01.01.2009	(92)
Amortização	<u>(87)</u>
Saldo em 31.12.2009	(179)

Amortização (84)  
 Saldo em 30.09.2010 (263)

Intangível líquido:  
 Saldo em 01.01.2009 231  
 Saldo em 31.12.2009 325  
 Saldo em 30.09.2010 374

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/S PR (d)	Software (e)	Intangível em andamento (f)	Adiantamento a fornecedores (g)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 01.01.2009	2.417.318	351.939	69.695	74.560	7.086	420.099	14.722	3.355.419
Adições	228.166	-	123	-	3.364	389.436	2.987	624.076
Transferências Alienações/baixas	652.467	-	-	-	1.391	(638.229)	(6.102)	9.527
	<u>(3.304)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(736)</u>	<u>(3.770)</u>	<u>-</u>	<u>(7.810)</u>
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	167.536	11.607	3.981.212
Adições	258.994	-	-	-	940	196.083	2.942	458.959
Transferências / Incorporação	155.678	-	-	-	-	(147.013)	(7.935)	730
Alienações/baixas	<u>(1.853)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(643)</u>	<u>-</u>	<u>(2.946)</u>
Saldo em 30.09.2010	<u>3.707.466</u>	<u>351.939</u>	<u>69.818</u>	<u>74.560</u>	<u>12.045</u>	<u>215.963</u>	<u>6.614</u>	<u>4.438.405</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 01.01.2009	(890.090)	(92.745)	(29.838)	-	(4.491)	-	-	(1.017.164)
Amortização	(100.756)	(26.630)	(3.151)	(8.133)	(1.298)	-	-	(139.968)
Transferências Alienações/baixas	56	-	-	-	(40)	-	-	16
	<u>1.125</u>	<u>-</u>	<u>849</u>	<u>-</u>	<u>709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.683</u>
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	(1.154.433)
Amortização	(99.455)	(19.253)	(1.815)	(6.101)	(1.037)	-	-	(127.661)
Transferências Alienações/baixas	(4)	-	-	-	59	(2)	-	53
	<u>979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>979</u>
Saldo em	<u>(1.088.14)</u>	<u>(138.62)</u>	<u>(33.955)</u>	<u>(14.234)</u>	<u>(6.098)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(1.281.06)</u>

30.09.2010	<u>5)</u>	<u>8)</u>						<u>2)</u>
Intangível líquido:								
Saldo em 01.01.2009	1.527.228	259.194	39.857	74.560	2.595	420.099	14.722	2.338.255
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 30.09.2010	2.619.321	213.311	35.863	60.326	5.947	215.961	6.614	3.157.343

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19.
- (c) Referem-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetado.
- (d) Ágio na aquisição da Vianorte pela SPR. O ágio registrado na SPR refere-se à rentabilidade futura esperada no período da concessão e está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão, de 86 meses.
- (e) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infra-estrutura de obras de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

#### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
<b>Passivo circulante:</b>				
Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	TJLP + 2,8% a.a a 7,5% a.a..	871.311	33.291	29.739
Financiamento de equipamentos(FINAME)(b)	TJLP + 2,6% a 7,75% a.a.	10.368	10.321	4.130
Capital de giro (c)	CDI +0,083%a.m	199.001	900.685	63.249
Leasing(d)	CDI a CDI+2% a.a .	<u>1.546</u>	<u>2.586</u>	<u>4.528</u>
		<u>1.082.226</u>	<u>946.883</u>	<u>101.646</u>
<b>Passivo não circulante:</b>				
Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	- TJLP + 3,3% a.a a 7,5% a.a..	17.201	827.546	65.719
Financiamento de equipamentos(FINAME)(b)	TJLP + 2,6% a 7,75% a.a.	13.187	19.203	15.549
Capital de giro (c)	CDI +0,083%a.m	-	-	849.700
Leasing(d)	CDI a CDI+2% a.a .	3.178	301	4.102
		<u>33.566</u>	<u>847.050</u>	<u>935.070</u>
		<u>1.115.792</u>	<u>1.793.933</u>	<u>1.036.716</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias, com vencimento final de março de 2011 até setembro de 2013.

- (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias, com vencimento final de julho de 2010 até fevereiro de 2014.
- (c) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através de emissão de cédulas de crédito bancário e notas promissórias, entre outros, com vencimento final de abril de 2010 até maio de 2011.
- (d) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens, com vencimento final de fevereiro de 2010 até fevereiro de 2015.

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores;
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES;
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora;
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

#### Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias, para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES;
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei;
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo;

- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e ativo total maior ou igual a 20%;
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das informações trimestrais.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos a curto prazo.

## 15. DEBÊNTURES

Estão representados por:

Série	Quantidade Emitida	Taxas Contratuais (%)	Custo efetivo (%) (a)	Vencimentos até	Consolidado 2010	
					Circulante (Não auditado)	Não circulante (Não auditado)
<u>Autovias</u>						
1ª Série	285.000	CDI + 1,6% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	51.747	234.709
2ª Série	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>5.299</u>	<u>122.181</u>
	405.000				57.046	356.890
Custo de transação					<u>(929)</u>	<u>(2.157)</u>
Total					56.117	354.733
<u>Centrovias</u>						
1ª Série	286.131	CDI + 1,7% a.a.	0,3181 a.a.	Março/2015	51.965	235.640
2ª Série	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>5.300</u>	<u>122.221</u>
	406.131				57.265	357.861
Custo de transação					<u>(985)</u>	<u>(2.266)</u>
Total					56.280	355.595
<u>Intervias</u>						
Série Única	307.947	CDI + 1,5% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	55.901	253.607
Custo de transação					<u>(945)</u>	<u>(1.565)</u>
Total					54.956	252.042
<u>Vianorte</u>						

1ª Série	153.776	CDI + 1,7% a.a.	0,3181% a.a.	Março/2015	27.928	126.641
2ª Série	100.000	IPCA + 8% a.a.	0,1955% a.a.	Março/2017	4.415	101.817
	253.776				32.343	228.458
Custo de transação					(654)	(1.636)
Total					31.689	226.822
Total					<u>199.042</u>	<u>1.189.192</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se às despesas de transação incorridas na emissão das debêntures e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI e IPCA a serem aplicadas. As despesas de transação incorridas foram de R\$ 6.142 para emissão da 1ª série, R\$ 3.790 para emissão da 2ª série e R\$ 2.999 para série única e são amortizados linearmente pelo prazo das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da sua respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/10	724.907	26/04/10	732.936
2ª Série	15/03/10	340.000	27/04/10	345.382
Única	15/03/10	307.947	26/04/10	311.300
Total		<u>1.372.854</u>		<u>1.389.618</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série e série única serão pagos trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e serão amortizados trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março a partir de março de 2011 e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. Cada parcela de amortização será acrescida da atualização monetária (IPCA) da 2ª série apurada anualmente desde a data da emissão até a respectiva data de amortização das debêntures da 2ª série. Em 30 de setembro de 2010, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

#### Ano de vencimento

2010 (a partir de outubro)	98.554
2011	229.101
2012	229.622
2013	230.142
2014	173.042
2015	114.297
2016	<u>114.434</u>

Totais 1.189.192

Conforme descrito no Prospecto de Distribuição Pública, os recursos captados através da operação foram ou serão destinados da seguinte forma:

- i) Resgate antecipado das notas promissórias captadas em 2009 e 2010, conforme nota explicativa nº 14;
- ii) Pagamento de financiamentos e encargos de curto prazo;
- iii) Investimentos previstos para o ano de 2010;
- iv) Distribuição de dividendos a acionista;
- v) Reforço de capital de giro das controladas.

As principais cláusulas de vencimento antecipado constantes no contrato de emissão de debêntures são:

- (a) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão;
- (b) Inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação (i) não pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia; e (ii) pecuniária prevista nos Contratos de Garantia;
- (c) Inadimplemento pelas Sociedades Emissoras de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Penhor de Ações;
- (d) Declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor referente a obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000;
- (e) Caso a Emissora e/ou a “SPR” deixe de ser controlada direta ou indiretamente pela Obrascon Huarte Lain S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha;
- (f) Decretação de falência da Emissora e/ou da “SPR”; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela “SPR”; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da “SPR” formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (g) Pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Sociedade, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Sociedade;
- (h) Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 5.000;
- (i) Redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas;



- (j) Alteração do objeto social da Emissora sem o consentimento prévio dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente;
- (k) Não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000;
- (l) Cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (m) Concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, com exceção dos mútuos realizados à Sociedade e à SPR;
- (n) Caso os ativos fixos da Emissora deixem de contar com cobertura de seguros nos termos da regulamentação da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo;
- (o) Venda ou transferência de ativos relevantes da Emissora, de valor superior a R\$ 5.000, exceto com o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas;
- (p) Não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora, especialmente trabalhistas e ambientais; e
- (q) Não observância dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), aplicáveis às emissoras:

#### Índices Financeiros:

Dívida Líquida/(EBITDA - Direito de Outorga Fixo Pago) inferior ou igual a 3,50

*Onde: (i) considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, as debêntures, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades; (ii) considera-se como “EBITDA”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; e (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (c) receitas não operacionais; e (d) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (iii) considera-se como “Direito de Outorga Fixo Pago”, a soma dos pagamentos dos últimos 12 meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora;*

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou igual a 1,20:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

*Onde: (i) “Disponibilidade” significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante; (ii) “FCAO” significa o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora dos últimos 12 meses; e (iii) “Dívida de Curto Prazo” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas*

*financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, classificadas no passivo circulante da Emissora, exceto os passivos relacionados a Credores pela Concessão.*

Os valores mencionados nos itens (d), (h), (k) e (o) acima, serão reajustados anualmente pelo IGP-M no dia 15 de março de cada ano.

Em 30 de setembro de 2010, as concessionárias estaduais não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das Emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (*Sinking Fund*), conforme descrito abaixo.

Aplicações Financeiras Vinculadas (Sinking Fund): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anual da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 30 de setembro de 2010, o valor da aplicação era:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Aplicações financeiras vinculadas	67.151	294

No período findo em 30 de setembro de 2010, essas aplicações foram remuneradas entre 100% a 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda	240	-	-	24.209	20.183	23.910
Contribuição social	88	252	-	10.163	8.289	9.544
IRRF	760	719	785	1.812	2.622	3.218
PIS	-	99	-	946	985	596
COFINS	-	456	-	4.365	4.549	2.877
Tributos federais retidos	20	19	25	5.545	4.493	6.588
ISS	3	2	2	9.586	7.658	8.186
	<u>1.111</u>	<u>1.547</u>	<u>812</u>	<u>56.626</u>	<u>48.779</u>	<u>54.919</u>

## 17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>Ativo Circulante</u>						
Contas a receber partes relacionadas:						
OHL Concesiones S.L.	87	87	87	87	87	87
Autovias (a)	66	107	52	-	-	-
Centrovias (a)	66	69	43	-	-	-
Intervias (a)	33	76	34	-	-	-
Vianorte (a)	60	77	29	-	-	-
Planalto Sul (b)	904	836	820	-	-	-
Fluminense (b)	986	939	1.114	-	-	-
Fernão Dias (b)	1.466	1.429	1.474	-	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.822	1.754	1.785	-	-	-
Litoral Sul (b)	1.494	1.407	1.440	-	-	-
Latina Manutenção	80	37	1	-	-	-
Latina Sinalização	46	33	-	-	-	-
Paulista	49	35	-	-	-	-
Planalto Sul (c)	8.117	3.875	-	-	-	-
Fluminense (c)	11.438	6.989	-	-	-	-
Fernão Dias (c)	20.729	12.589	-	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	22.477	13.667	-	-	-	-
Litoral Sul (c)	9.064	4.327	-	-	-	-
Ambient	2	-	-	2	-	-
SPI	34	-	-	34	-	-
Autopark	1	-	-	1	-	-
Total	<u>79.021</u>	<u>48.333</u>	<u>6.879</u>	<u>124</u>	<u>87</u>	<u>87</u>
Dividendos a receber:						
Autovias	-	3481	2612	-	-	-
Centrovias	-	5854	2343	-	-	-
Intervias	-	6560	3602	-	-	-
Régis Bittencourt	-	1793	23	-	-	-
SPR	-	5.290	-	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>22.978</u>	<u>8.580</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Ativo não circulante</u>						

Contas a receber partes relacionadas:						
Planalto Sul (c)	60.000	60.000	61.071	-	-	-
Fluminense (c)	60.000	60.000	61.284	-	-	-
Fernão Dias (c)	110.000	110.000	112.149	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	119.000	119.000	121.379	-	-	-
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>	-	-	-
Total	<u>416.000</u>	<u>416.000</u>	<u>424.041</u>	-	-	-

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>Passivo circulante</u>						
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas:						
Autovias (c)	23.021	14.489	-	-	-	-
Centrovias (c)	9.144	5.772	-	-	-	-
Intervias (c)	39.008	24.312	-	-	-	-
Total	<u>71.173</u>	<u>44.573</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Contas a pagar partes relacionadas:						
OHL Concesiones S.L.	68	69	68	68	127	68
Hur S.A.	247	254	341	247	254	341
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	416	448	569	416	448	569
Participes en Brasil S.L.	99	66	0	99	66	0
Paulista	-	-	13	-	-	-
Autovias (a)	-	-	13	-	-	-
Centrovias (a)	12	-	-	-	-	-
Intervias (a)	7	-	-	-	-	-
SPR (e)	<u>38.908</u>	-	-	-	-	-
Total	<u>39.757</u>	<u>837</u>	<u>1.004</u>	<u>830</u>	<u>895</u>	<u>978</u>

<u>Passivo não circulante</u>						
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas:						
Autovias (d)	114.000	114.000	117.579	-	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	46.448	-	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	<u>201.801</u>	-	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>365.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- (c) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais. O fluxo futuro de recebimento desses mútuos será determinado em consonância com o perfil do endividamento consolidado da Sociedade e de suas controladas.
- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de dezembro de 2010.
- (e) Refere-se a crédito decorrente do processo de reestruturação da controlada SPR, sua liquidação deverá ocorrer durante o mês de novembro de 2010.

	Controladora	
	30.09.2010	30.09.2009
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Autovias	(10.039)	(9.869)
Centrovias	(3.965)	(3.915)
Intervias	(17.289)	(17.848)
Planalto Sul	4.990	5.008

Fluminense	5.234	5.165
Fernão Dias	10.364	9.452
Régis Bittencourt	9.572	10.217
Litoral Sul	5.571	5.591
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	33	92
Hur S.A.	<u>6</u>	<u>94</u>
Total	<u>4.477</u>	<u>3.987</u>

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 3.954 (R\$ 3.645 em 30 de setembro de 2009) na controladora e R\$ 8.788 (R\$ 9.182 em 30 de setembro de 2009) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário estas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos acima, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Consolidado</u>	
<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal (*)</u>
-	-

<u>Circulante</u>		<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Autovias	Direito de outorga	5.853	5.561	5.510	6.009	5.709	5.658
	Parcela variável (a)	663	574	516	663	-	-
Centrovias	Direito de outorga	8.756	8.321	8.244	8.991	8.542	8.466
	Parcela variável (a)	645	570	506	645	-	-
Intervias	Direito de outorga	5.494	5.178	5.195	5.595	5.316	5.269
	Parcela variável (b)	844	718	657	844	-	-
Vianorte	Direito de outorga	35.744	33.757	33.445	36.476	34.656	34.347
	Parcela variável (a)	<u>579</u>	<u>515</u>	<u>460</u>	<u>579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>58.578</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>	<u>59.802</u>	<u>54.223</u>	<u>53.740</u>

		Consolidado					
		Valor presente			Valor nominal (*)		
Não circulante		30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Autovias	Direito de outorga	34.268	34.604	38.906	42.480	43.642	50.197
Centrovias	Direito de outorga	49.701	50.378	56.858	61.257	63.171	72.944
Intervias	Direito de outorga	37.216	36.965	40.821	47.655	48.145	54.376
Vianorte	Direito de outorga	<u>195.196</u>	<u>198.629</u>	<u>225.075</u>	<u>239.196</u>	<u>247.645</u>	<u>287.114</u>
Total		<u>316.381</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>	<u>390.588</u>	<u>402.603</u>	<u>464.631</u>

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(\*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante (Não auditado)	Não circulante (Não auditado)	Total (Não auditado)
Autovias	12	83	95
Centrovias	12	80	92
Intervias	12	100	112
Vianorte	12	77	89

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

Valores pagos	Período de nove meses					
	30.09.2010			30.09.2009		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Autovias	4.354	5.352	9.706	4.194	4.616	8.810
Centrovias	6.515	5.220	11.735	6.276	4.416	10.692
Intervias	4.054	6.689	10.743	3.905	5.818	9.723
Vianorte	<u>26.430</u>	<u>4.744</u>	<u>31.174</u>	<u>25.457</u>	<u>4.109</u>	<u>29.566</u>
Total	<u>41.353</u>	<u>22.005</u>	<u>63.358</u>	<u>39.832</u>	<u>18.959</u>	<u>58.791</u>

Valores pagos	Trimestre					
	30.09.2010			30.09.2009		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total

Autovias	1.491	1.939	3.430	1.432	1.664	3.096
Centrovias	2.231	1.881	4.112	2.142	1.554	3.696
Intervias	1.388	2.466	3.854	1.332	2.121	3.453
Vianorte	<u>9.052</u>	<u>1.710</u>	<u>10.762</u>	<u>8.689</u>	<u>1.503</u>	<u>10.192</u>
Total	<u>14.162</u>	<u>7.996</u>	<u>22.158</u>	<u>13.595</u>	<u>6.842</u>	<u>20.437</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

## 20. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os períodos findos em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.09.2010</u>
Cíveis	3.933	1.863	(141)	(511)	-	5.144
Trabalhistas	2.699	1.149	(273)	(74)	-	3.501
Fiscais	<u>736</u>	<u>133</u>	<u>(775)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>89</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>3.145</u>	<u>(1.189)</u>	<u>(590)</u>	<u>-</u>	<u>8.734</u>

	<u>01.01.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2009</u>
Cíveis	2.396	2.532	(430)	(565)	-	3.933
Trabalhistas	1.099	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	<u>-</u>	<u>997</u>	<u>(261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
Total	<u>3.495</u>	<u>5.852</u>	<u>(1.352)</u>	<u>(619)</u>	<u>(8)</u>	<u>7.368</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 11.871, R\$ 9.182 e R\$ 650, respectivamente, em 30 de setembro de 2010.



Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude do respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização das proviões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nºs 3, 4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2009	52.401	6.405	78.121	65.550
Adições	19.706	1.537	56.593	3.182
Utilizações	(65.591)	(9.123)	-	(1.223)
Transferências	<u>55.958</u>	<u>6.259</u>	<u>(55.958)</u>	<u>(6.257)</u>
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	17.384	886	56.688	1.682
Utilizações	(69.564)	(3.852)	-	(1.418)
Transferências	<u>22.306</u>	<u>5.142</u>	<u>(22.306)</u>	<u>(5.142)</u>
Saldos em 30.09.2010	<u>32.600</u>	<u>7.254</u>	<u>113.138</u>	<u>56.374</u>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.09.2010</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes em Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,53
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.344.300	7,76
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	9	0,00

Outros	<u>10.824.808</u>	<u>15,71</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

31.12.2009

	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.705.800	11,20
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	6.522.700	9,50
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	<u>9.882.610</u>	<u>14,30</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>01.01.2009</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.105.800	10,30
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	3.648.400	5,30
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	<u>13.356.910</u>	<u>19,40</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## 22. RECEITAS

Estão representadas por:

<u>30.09.2010</u>		<u>30.09.2009</u>	
<u>Trimestre</u>	<u>Nove</u> <u>Meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove</u> <u>Meses</u>

Receita de serviços prestados	430.983	1.187.326	364.431	912,912
Outras receitas	26.699	68.520	20.005	40.708
Receita de serviços de construção	<u>179.420</u>	<u>459.242</u>	<u>119.791</u>	<u>497.165</u>
	<u>637.102</u>	<u>1.715.088</u>	<u>504.227</u>	<u>1.450.785</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do período é como segue:

	<u>30.09.2010</u>		<u>30.09.2009</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Nove Meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Nove Meses</u>
Receita bruta	637.102	1.715.088	504.227	1.450.785
ISSQN	(24.401)	(66.888)	(19.961)	(50.430)
PIS	(3.007)	(8.211)	(2.016)	(6.563)
COFINS	(13.910)	(37.802)	(12.129)	(29.050)
Outras deduções	<u>(893)</u>	<u>(2.207)</u>	<u>(282)</u>	<u>(315)</u>
Receita líquida	<u>594.891</u>	<u>1.599.980</u>	<u>(469.839)</u>	<u>1.364.427</u>

## 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Despesas</u>	Controladora			
	30.09.2010		30.09.2009	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Com pessoal	541	2.931	(606)	3.214
Serviços de terceiros	1.223	2.305	676	1.762
Depreciação / amortização	224	678	168	530
Seguros / garantias	34	34	-	-
Consumos	80	423	124	528
Transportes	50	155	28	240
Outros	<u>(65)</u>	<u>2.060</u>	<u>432</u>	<u>1.396</u>
Total	<u>2.087</u>	<u>8.586</u>	<u>822</u>	<u>7.670</u>

<u>Custos</u>	Consolidado			
	30.09.2010		30.09.2009	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Custo de construção	179.420	459.242	119.791	497.165
Com pessoal	27.424	69.944	13.974	51.419
Serviços de terceiros	59.401	129.668	12.806	76.467
Depreciação / amortização	43.706	117.657	34.738	89.684
Custos com poder concedente	8.931	23.964	7.728	20.760
Seguros / garantias	1.236	3.977	3.508	4.263
Conservação	14.902	67.633	(1.474)	48.271
Provisão para manutenção em rodovias	43.813	88.176	30.555	54.239
Taxa fiscalização	7.713	23.086	7.391	22.103
Outros	<u>(18.350)</u>	<u>16.809</u>	<u>45.320</u>	<u>54.964</u>
Total	<u>368.196</u>	<u>1.000.156</u>	<u>274.337</u>	<u>919.335</u>

<u>Despesas</u>	Consolidado			
	30.09.2010	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2009
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>

Com pessoal	15.429	41.564	13.071	35.417
Serviços de terceiros	6.558	18.425	7.812	18.834
Depreciação / amortização	2.243	8.701	2.216	7.482
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	404	512	1.662	4.228
Seguros / garantias	680	3.808	2.243	5.584
Consumos	1284	5.597	(275)	4.558
Transportes	609	2.316	567	1.689
Outros	<u>3.980</u>	<u>12.707</u>	<u>1.389</u>	<u>9.909</u>
Total	<u>31.187</u>	<u>93.630</u>	<u>28.685</u>	<u>87.701</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	Controladora			
	30.09.2010		30.09.2009	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	13.955	36.402	10.992	36.135
Aplicações financeiras	2.536	2.999	643	850
Outras receitas	-	11	9	46
	<u>16.491</u>	<u>39.412</u>	<u>11.644</u>	<u>37.031</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(12.005)	(31.293)	(9.424)	(31.632)
Atualização monetária do ônus da concessão				
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente				
Outras despesas	(10)	(138)	(3)	(15)
	<u>(12.015)</u>	<u>(31.431)</u>	<u>(9.427)</u>	<u>(31.647)</u>
			Consolidado	
	30.09.2010		30.09.2009	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.612	7.743	(7.211)	12.285
Aplicações financeiras	27.272	53.328	5.113	10.280
Outras receitas	<u>382</u>	<u>896</u>	<u>208</u>	<u>671</u>
	<u>30.266</u>	<u>61.967</u>	<u>(1.890)</u>	<u>23.236</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(63.128)	(155.897)	(42.086)	(108.924)
Atualização monetária do ônus da concessão	(11.547)	(40.192)	(3.478)	(8.506)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(2.734)	(8.151)	(2.614)	(7.858)
Outras despesas	<u>(4.710)</u>	<u>(14.569)</u>	<u>(8.412)</u>	<u>(19.581)</u>
	<u>(82.119)</u>	<u>(218.809)</u>	<u>(56.590)</u>	<u>(144.869)</u>

## 25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa n 4.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	-	-	34.421	23.448
Juros capitalizados	-	-	6.316	5.758
Caixa pago durante o período:				
Imposto de renda e contribuição social	1	94	58.724	54.257

## 26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	217.213	138.199	355.921	219.973
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(73.853)	(46.988)	(121.013)	(74.791)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	75.107	48.998	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	(125)	-	(125)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(4.640)	(5.849)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	(2.074)	(2.074)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	1.000	473	3.829	(3.416)
Outros ajustes	<u>(7)</u>	<u>1.230</u>	<u>9.543</u>	<u>918</u>
Despesa contabilizada	<u>(2.393)</u>	<u>(2.261)</u>	<u>(109.715)</u>	<u>(79.488)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(2.393)	(2.261)	(107.588)	(77.545)
Diferidos	-	-	(2.127)	1.513

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2010, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a



empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,38%	15.48%	18,57%
TJLP	6,00%	7,50%	9,0%
	4,9%	6,1%	9,0%
Juros a incorrer (*)	179.877	210.853	241.562

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Riscos de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 72.514, R\$ 57.570 e de R\$ 35.100, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos, e debêntures, são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas e as debêntures foram emitidas ao longo de 2010;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas estão substancialmente indexadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros						2015	Total
	(média ponderada) efetiva % a.a.	01.07.a 31.12.2010	2011	2012	2013	2014	em diante	
Debêntures	12,82	30.139	383.006	356.263	328.161	301.298	562.680	1.961.547
BNDDES								
Automático	8,63	224.361	898.610	9.880	4.620	2.268	945	1.140.684
Finame	7,83	2.848	10.782	7.154	3.541	398	171	24.894
Capital de Giro	11,65	202.444	-	-	-	-	-	202.444
Leasing	11,74	<u>526</u>	<u>966</u>	<u>783</u>	<u>783</u>	<u>783</u>	<u>46</u>	<u>3.887</u>
		<u>460.318</u>	<u>1.293.364</u>	<u>374.080</u>	<u>337.105</u>	<u>304.747</u>	<u>563.842</u>	<u>3.333.456</u>

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela alta Diretoria da Administração da Sociedade, principal

tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	30.09.2010				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding's</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Receita líquida do Segmento	1.548.957	-	1.548.957	51.023	1.599.980
Receita líquida entre Segmentos	-	198.157	198.157	(198.157)	-
Custos	<u>(997.611)</u>	<u>(161.635)</u>	<u>(1.159.246)</u>	<u>159.090</u>	<u>(1.000.156)</u>
Lucro bruto	551.346	36.522	587.868	11.956	599.824
Despesas Gerais e Administrativas	(80.028)	(10.270)	(90.298)	(20.131)	(110.429)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.700	-	1.700	1.636	3.336
Receitas Financeiras	84.238	779	85.017	(23.050)	61.967
Despesas Financeiras	(247.791)	(840)	(248.631)	29.822	(218.809)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	32	32
Lucro operacional antes dos impostos	309.465	26.191	335.656	265	335.921
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Correntes	(93.320)	(7.662)	(100.982)	(6.606)	(107.588)
Diferidos	<u>(7.105)</u>	<u>931</u>	<u>(6.174)</u>	<u>4.047</u>	<u>(2.127)</u>
Lucro do período	<u>209.040</u>	<u>19.460</u>	<u>228.500</u>	<u>(2.294)</u>	<u>226.206</u>
	30.09.2009				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Receita líquida do Segmento	1.337.684	-	1.337.684	26.743	1.364.427
Receita líquida entre Segmentos	-	146.063	146.063	(146.063)	-
Custos	<u>(949.816)</u>	<u>(97.435)</u>	<u>(1.047.251)</u>	<u>127.916</u>	<u>(919.335)</u>
Lucro bruto	387.868	48.628	436.496	8.596	445.092
Despesas Gerais e Administrativas	(73.911)	(11.838)	(85.749)	(19.981)	(105.730)
Outras (despesas) receitas operacionais	423	-	423	1.643	2.066
Receitas Financeiras	41.894	500	42.394	(19.158)	23.236
Despesas Financeiras	(170.963)	(292)	(171.255)	26.386	(144.869)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	178	178
Lucro operacional antes dos impostos	185.311	36.998	222.309	(2.336)	219.973
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Correntes	(57.711)	(11.344)	(69.055)	(8.705)	(77.760)
Diferidos	<u>(4.304)</u>	<u>(33)</u>	<u>(4.337)</u>	<u>6.065</u>	<u>1.728</u>
Lucro do período	<u>123.296</u>	<u>25.621</u>	<u>148.917</u>	<u>(4.976)</u>	<u>143.941</u>

b) Balanços por segmento

<u>Ativos</u>	30.09.2010				
	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
CIRCULANTES					
Caixas e Equivalentes de Caixa	804.259	11.946	816.205	164.920	981.125
Contas a receber	80.590	180	80.770	(567)	80.203
Aplicações financeiras Vinculadas	45.736	-	45.736	(21.415)	67.151
Contas a receber partes relacionadas	173.001	29.369	202.370	(202.246)	124

Outros circulantes	<u>44.029</u>	<u>5.521</u>	<u>49.550</u>	<u>12.143</u>	<u>37.407</u>
Total circulantes	<u>1.147.615</u>	<u>47.016</u>	<u>1.194.631</u>	<u>(28.621)</u>	<u>1.166.010</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Outras contas a receber	-	-	-	59	59
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.076	931	38.007	28.507	66.514
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Outros não circulantes	36.018	27	36.045	(21.772)	14.273
Imobilizado	14.401	12.816	27.217	5.856	33.073
Intangível	3.096.533	111	3.096.644	60.701	3.157.343
Diferido	<u>120.096</u>	<u>-</u>	<u>120.096</u>	<u>(120.096)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	<u>3.660.124</u>	<u>13.885</u>	<u>3.674.009</u>	<u>(402.745)</u>	<u>3.271.262</u>
Total ativos	<u>4.807.739</u>	<u>60.901</u>	<u>4.868.640</u>	<u>(431.366)</u>	<u>4.437.272</u>

30.09.2010					
<u>Passivos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.102.755	1.948	1.104.703	(22.477)	1.082.226
Debêntures	199.042	-	199.042	-	199.042
Fornecedores	64.676	9.797	74.473	805	75.278
Obrigações Sociais e Fiscais	73.565	18.781	92.346	8.367	100.713
Credores pela concessão	58.578	-	58.578	-	58.578
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Outros circulantes	<u>191.902</u>	<u>1.211</u>	<u>193.113</u>	<u>(100.579)</u>	<u>98.872</u>
Total circulantes	<u>1.690.518</u>	<u>31.737</u>	<u>1.722.255</u>	<u>(107.546)</u>	<u>1.614.709</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	29.726	3.840	33.566	-	33.566
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	416.000	-	416.000	(416.000)	-
Debêntures	1.189.192	-	1.189.192	-	1.189.192
Credores pela concessão	316.381	-	316.381	-	316.381
Provisão Manutenção / investimentos	181.958	-	181.958	(12.446)	169.512
Outros não circulantes	<u>17.071</u>	<u>9</u>	<u>17.080</u>	<u>19.825</u>	<u>36.905</u>
Total não circulantes	<u>2.150.328</u>	<u>3.849</u>	<u>2.154.177</u>	<u>(408.621)</u>	<u>1.745.556</u>
Patrimônio Líquido	966.891	25.315	992.206	84.801	1.077.007
Total dos passivos	<u>4.807.737</u>	<u>60.901</u>	<u>4.868.638</u>	<u>(431.366)</u>	<u>4.437.272</u>

31.12.2009					
<u>Ativos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixas e Equivalentes de Caixa	407.993	21.958	429.951	12.241	442.192
Contas a receber	108.717	17.937	126.654	(62.513)	64.141
Outros circulantes	14.518	1.882	16.400	9.511	25.911
Total circulantes	<u>531.228</u>	<u>41.777</u>	<u>573.005</u>	<u>(40.761)</u>	<u>532.244</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	-	61.530	-	61.530
Outros não circulantes	12.749	17	12.766	6.624	19.390
Imobilizado	15.901	7.128	23.029	4.642	27.671
Intangível	<u>2.759.958</u>	<u>69</u>	<u>2.760.027</u>	<u>66.752</u>	<u>2.826.779</u>
Total não circulantes	<u>3.206.138</u>	<u>7.214</u>	<u>3.213.352</u>	<u>(277.982)</u>	<u>2.935.370</u>
Total ativos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

31.12.2009					
<u>Passivos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	987.174	1.156	988.330	(41.447)	946.883
Fornecedores	72.917	5.169	78.086	(23.010)	55.076
Obrigações Sociais e Fiscais	61.535	15.319	76.854	5.283	82.137

Credores pela concessão	55.194	-	55.194	-	55.194
Dividendos Propostos	35.269	-	35.269	6.597	41.866
Outros circulantes	<u>106.184</u>	<u>837</u>	<u>107.021</u>	<u>(7.205)</u>	<u>99.816</u>
Total circulantes	1.318.273	22.481	1.340.754	(59.782)	1.280.972
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.280.252	1.346	1.281.598	(434.548)	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576	-	320.576
Outros não circulantes	<u>160.555</u>	<u>9</u>	<u>160.564</u>	<u>7.270</u>	<u>167.834</u>
Total não circulantes	1.761.383	1.355	1.762.738	(427.278)	1.335.460
Patrimônio Líquido	657.710	25.155	682.865	168.317	851.182
Total dos passivos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

Ativos	01.01.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixas e equivalentes de caixa	103.348	4.784	108.132	8.152	116.284
Contas a receber	15.459	69.626	85.085	(46.636)	38.449
Outros circulantes	<u>38.049</u>	<u>3.252</u>	<u>41.301</u>	<u>(15.974)</u>	<u>25.327</u>
Total circulantes	156.856	77.662	234.518	(54.458)	180.060
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	365.841	16	365.857	(365.857)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.796	-	59.796	-	59.796
Outros não circulantes	6.703	-	6.703	6.021	12.724
Imobilizado	12.650	5.284	17.934	3.771	21.705
Intangível	<u>2.263.464</u>	<u>-</u>	<u>2.263.464</u>	<u>74.791</u>	<u>2.338.255</u>
Total não circulantes	2.708.454	5.300	2.713.754	(281.274)	2.432.480
Total ativos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

Passivos	01.01.2009			Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total		
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	100.699	947	101.646	-	101.646
Fornecedores	188.484	5.108	193.592	(68.930)	124.662
Obrigações sociais e fiscais	44.528	27.517	72.045	3.795	75.840
Credores pela concessão	54.533	-	54.533	-	54.533
Dividendos propostos	25.041	-	25.041	-	25.041
Outros circulantes	<u>106.643</u>	<u>350</u>	<u>106.993</u>	<u>208</u>	<u>107.201</u>
Total circulantes	519.928	33.922	553.850	(64.927)	488.923
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.356.737	2.377	1.359.114	(424.044)	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660	-	361.660
Outros não circulantes	<u>184.542</u>	<u>-</u>	<u>184.542</u>	<u>(23.351)</u>	<u>161.191</u>
Total não circulantes	1.902.939	2.377	1.905.316	(447.395)	1.457.921
Patrimônio Líquido	442.443	46.663	489.106	176.590	665.696
Total do passivos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

## 29. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos

materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de setembro de 2010, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	20.100	22.309	20.100	22.400
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	80.338	102.700	124.335	120.390

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	40.271	58.608	104.224	111.205	84.100

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes compreendidos no período após 30 de setembro de 2010 até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, datada em 24 de março de 2011, já foram divulgados.

#### Planalto Sul

No dia 14 de abril a Sociedade obteve a liberação de parte de do Sub-crédito A no valor de R\$ 24.267 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

#### Régis Bittencourt

Em 28 de abril de 2011, através da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram aumento de capital social no valor de R\$37.134, passando o capital social para R\$122.927, mediante a capitalização de dividendos mínimos propostos de R\$9.050, apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e capitalização de R\$ 28.084, relativo a contratos de mútuos mantidos com a sociedade controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Referido aumento do capital foi aprovado mediante a emissão de 23.954.905 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,55. As ações emitidas serão integralmente subscritas e integralizadas pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.



---

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

---

---

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

---

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) é uma holding que mantém investimentos em concessões de rodovias no país e em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações de concessão. Ver comentário de desempenho consolidado.



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**153,0 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+15,6%), REC. LÍQUIDA DE R\$594,9 MILHÕES (+26,6%), EBITDA AJUSTADO DE R\$259,7 MILHÕES (+23,9%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$92,7 MILHÕES (+35,7)**

As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS						
(Em milhares de reais)						
	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>637.102</b>	<b>573.817</b>	<b>504.227</b>	<b>11,0%</b>	<b>26,4%</b>	
Receitas de pedágio	430.983	390.205	364.431	10,5%	18,3%	
<b>Estaduais</b>	<b>264.255</b>	<b>236.092</b>	<b>225.216</b>	<b>11,9%</b>	<b>17,3%</b>	
Autovias	66.425	59.445	56.461	11,7%	17,6%	
Centrovias	64.472	56.335	53.086	14,4%	21,4%	
Intervias	75.086	66.940	64.676	12,2%	16,1%	
Vianorte	58.272	53.372	50.993	9,2%	14,3%	
<b>Federais</b>	<b>166.728</b>	<b>154.113</b>	<b>139.215</b>	<b>8,2%</b>	<b>19,8%</b>	
Planalto Sul	19.630	19.502	16.917	0,7%	16,0%	
Fluminense	28.259	25.908	20.778	9,1%	36,0%	
Fernão Dias	34.189	29.786	27.635	14,8%	23,7%	
Régis Bittencourt	52.121	49.319	47.893	5,7%	8,8%	
Litoral Sul	32.529	29.598	25.992	9,9%	25,2%	
Outras receitas	26.699	25.117	20.005	6,3%	33,5%	
Receitas de obras	179.420	158.495	119.791	13,2%	49,8%	
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(42.211)</b>	<b>(38.271)</b>	<b>(34.388)</b>	<b>10,3%</b>	<b>22,7%</b>	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>594.891</b>	<b>535.546</b>	<b>469.839</b>	<b>11,1%</b>	<b>26,6%</b>	
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(356.468)</b>	<b>(332.893)</b>	<b>(269.563)</b>	<b>7,1%</b>	<b>32,2%</b>	
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depre	(101.526)	(124.775)	(88.937)	-18,6%	14,2%	
Custo dos serv. de construção	(179.420)	(158.495)	(119.791)	13,2%	49,8%	
Despesas administrativas (excl. amortização e deprec	(28.944)	(27.933)	(26.469)	3,6%	9,4%	
Remuneração da administração	(3.147)	(2.763)	(4.010)	13,9%	-21,5%	
Despesas tributárias	(174)	(711)	(731)	-75,5%	-76,2%	
Provisão para manutenção em rodovias	(43.813)	(19.474)	(30.555)	125,0%	43,4%	
Outras receitas operacionais, líquidas	557	1.258	930	-55,8%	-40,2%	
<b>EBITDA</b>	<b>238.424</b>	<b>202.653</b>	<b>200.276</b>	<b>17,7%</b>	<b>19,0%</b>	
Margem EBITDA	40,1%	37,8%	42,6%			
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(47.714)</b>	<b>(44.360)</b>	<b>(39.303)</b>	<b>7,6%</b>	<b>21,4%</b>	
Depreciações e amortizações	(45.680)	(42.327)	(37.270)	7,9%	22,6%	
Amortização do ágio em investimentos	(2.034)	(2.033)	(2.033)	0,0%	0,0%	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(51.856)</b>	<b>(56.025)</b>	<b>(58.443)</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-11,3%</b>	
Receitas financeiras	30.266	21.618	(1.890)	40,0%	-1701,4%	
Despesas financeiras	(82.119)	(77.998)	(56.590)	5,3%	45,1%	
Variação cambial, liq.	(3)	355	37	-100,8%	-108,1%	
<b>LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>138.854</b>	<b>102.268</b>	<b>102.530</b>	<b>35,8%</b>	<b>35,4%</b>	
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(46.171)</b>	<b>(32.026)</b>	<b>(34.247)</b>	<b>44,2%</b>	<b>34,8%</b>	
Corrente	(46.836)	(31.861)	(33.453)	47,0%	40,0%	
Diferido	665	(165)	(794)	-503,0%	-183,8%	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>92.683</b>	<b>70.242</b>	<b>68.283</b>	<b>31,9%</b>	<b>35,7%</b>	

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO**

**TRAFEGO PEDAGIADO E TARIFA**

O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais apresentou, respectivamente, crescimento de 14,3% e 16,1% no 3T10 quando comparado ao 3T09. Estes crescimentos foram influenciados, principalmente, pelo desempenho da economia brasileira no período, bem como pela abertura da última praça de pedágio na concessionária federal Fernão Dias e pelo início da cobrança bidirecional em duas praças de pedágio na concessionária estadual Centrovias.

Veículos Equivalentes	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09	9M10	9M09	Var% 9M10/9M09
Autovias	11.246.969	10.428.113	9.923.421	7,9%	13,3%	31.044.581	27.658.950	12,2%
Centrovias	7.438.401	6.183.200	5.829.196	20,3%	27,6%	19.524.917	16.418.799	18,9%
Intervias	15.379.711	14.236.070	13.750.599	8,0%	11,8%	42.231.231	37.831.279	11,6%
Vianorte	8.316.923	7.919.924	7.580.497	5,0%	9,7%	23.270.931	20.967.034	11,0%
<b>Total Estaduais:</b>	<b>42.382.004</b>	<b>38.767.307</b>	<b>37.083.713</b>	<b>9,3%</b>	<b>14,3%</b>	<b>116.071.660</b>	<b>102.876.062</b>	<b>12,8%</b>
Planalto Sul	6.769.310	6.724.827	6.265.555	0,7%	8,0%	19.727.586	16.039.629	23,0%
Fluminense	10.868.462	9.964.616	8.311.200	9,1%	30,8%	31.295.987	16.877.200	85,4%
Fernão Dias	31.080.909	27.078.182	25.123.637	14,8%	23,7%	83.658.183	59.460.000	40,7%
Régis Bittencourt	34.747.333	32.879.334	31.927.999	5,7%	8,8%	99.651.334	69.315.333	43,8%
Litoral Sul	27.108.334	24.665.000	23.629.091	9,9%	14,7%	77.906.893	41.638.182	87,1%
<b>Total Federais:</b>	<b>110.574.348</b>	<b>101.311.959</b>	<b>95.257.482</b>	<b>9,1%</b>	<b>16,1%</b>	<b>312.239.983</b>	<b>203.330.344</b>	<b>53,6%</b>
<b>Total:</b>	<b>152.956.352</b>	<b>140.079.266</b>	<b>132.341.195</b>	<b>9,2%</b>	<b>15,6%</b>	<b>428.311.643</b>	<b>306.206.406</b>	<b>39,9%</b>

**CONCESSÕES ESTADUAIS**

**Evolução do Tráfego:** No 3T10, o tráfego pedagiado das concessionárias estaduais totalizou 42.382 mil veículos-equivalentes, representando crescimento de 14,3% em relação ao 3T09.

O aumento no volume total do período deve-se principalmente ao acréscimo de 16,2% no tráfego de veículos pesados e 11,1% no tráfego de veículos leves em virtude do desempenho da atividade econômica brasileira no período. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 3T10 foi de 63,3% de veículos pesados e 36,7% veículos leves.

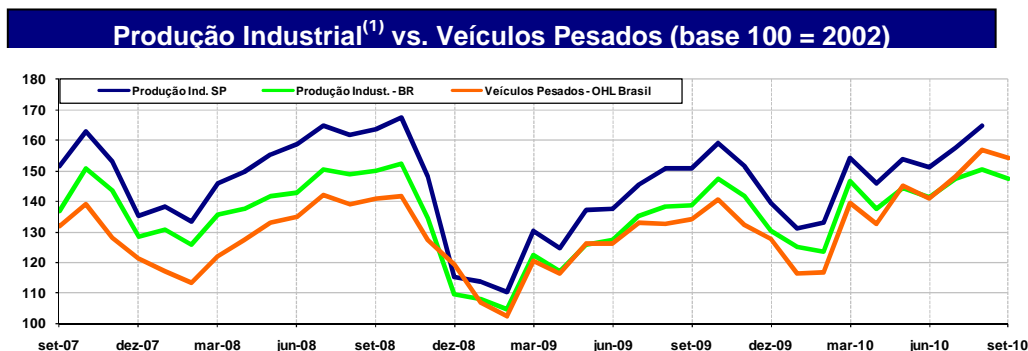
A seguir apresentamos evolução histórica da produção industrial, tanto do Brasil quanto de São Paulo, e a evolução do tráfego de veículos equivalentes pesados no mesmo período.

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



<sup>(1)</sup>Fonte: IBGE: Produção Ind. SP atualizada até Ago/10 e Produção Indust.-BR atualizada até Set/10.

Se comparado ao 2T10, o volume de tráfego pedagiado no 3T10 apresentou crescimento de 9,3%. Este crescimento foi influenciado por componentes cíclicos. Sazonalmente, o volume de veículos equivalentes do terceiro trimestre é mais forte em relação ao 2º trimestre.

Com relação à concessionária Centrovias, que apresentou crescimento de 20,3% ante o 2T10, e 27,6% ante o 3T09, cabe mencionar que o volume do tráfego pedagiado da concessionária foi impactado positivamente pelo início de cobrança de pedágio nos dois sentidos nas praças localizadas nos municípios de Brotas e Dois Córregos.

Em 30 de julho de 2010, duas praças de pedágio da Centrovias, localizadas nos municípios de Brotas e Dois Córregos, passaram a realizar a cobrança de pedágio nos dois sentidos. As tarifas foram reduzidas pela metade, saindo de R\$10,20 para R\$5,10 na Praça de Brotas e de R\$11,85 para R\$5,90 na Praça de Dois Córregos. Outras duas praças de pedágio da Centrovias iniciarão cobrança de pedágio bidirecional assim que obtida a liberação do Poder Concedente, prevista para o final do 4T10.

**Reajuste de Tarifas:** De acordo com o previsto nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, em 1º de julho de 2010 as tarifas de pedágio foram reajustadas em 4,18% conforme a variação acumulada do IGP-M entre junho/2009 e maio/2010.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias estaduais:

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09	9M10	9M09	Var% 9M10/9M09
Autovias	5,91	5,70	5,69	3,7%	3,9%	5,79	5,57	3,9%
Centrovias	8,67	9,11	9,11	-4,8%	-4,8%	8,95	8,94	0,1%
Intervias	4,88	4,70	4,70	3,8%	3,8%	4,77	4,60	3,7%
Vianorte	7,01	6,74	6,73	4,0%	4,2%	6,83	6,56	4,1%
<b>Total Estaduais:</b>	<b>6,24</b>	<b>6,09</b>	<b>6,07</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,8%</b>	<b>6,16</b>	<b>5,95</b>	<b>3,5%</b>

### CONCESSÕES FEDERAIS

O tráfego pedagiado acumulado nas concessionárias federais no 3º trimestre de 2010 foi de 110.574 mil veículos equivalentes, apresentando um crescimento de 16,1% em relação ao 3T09. Cabe destacar três importantes fatores que corroboraram para este crescimento:

- (i) Variação de 30,8% no volume de veículos equivalentes pedagiados na concessionária Autopista Fluminense em função do início de cobrança na praça de pedágio P4 em Agosto de 2009, que afetou a base de comparação 3T09;
- (ii) Início de cobrança na praça de pedágio de Mairiporã da concessionária Autopista Fernão Dias em Setembro de 2010 que contribuiu para o aumento de 23,7% em comparação ao 3T09;
- (iii) Aquecimento da atividade econômica em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) nas concessionárias federais no 3T10 foi de 76,3% de veículos pesados e 23,6% veículos leves.

**Reajuste de Tarifas:** De acordo com o previsto nos contratos de concessão federais, em dezembro de cada ano, as tarifas básicas de pedágio das concessionárias Fernão Dias, Regis Bittencourt e Planalto Sul são reajustadas, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre dezembro do ano anterior ao reajuste e novembro do ano do reajuste.

Da mesma forma, em fevereiro de cada ano, as tarifas básicas de pedágio das concessionárias Fluminense e Litoral Sul são reajustadas, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre fevereiro do ano anterior ao reajuste e janeiro do ano do reajuste.

A seguir tabela com tarifas médias:

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09	9M10	9M09	Var% 9M10/9M09
Planalto Sul	2,90	2,90	2,70	0,0%	7,4%	2,90	2,70	7,4%
Fluminense	2,60	2,60	2,50	0,0%	4,0%	2,59	2,50	3,6%
Fernão Dias	1,10	1,10	1,10	0,0%	0,0%	1,10	1,10	0,0%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	1,50	0,0%	0,0%	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,20	1,20	1,10	0,0%	9,1%	1,19	1,10	8,2%
<b>Total Federais:</b>	<b>1,51</b>	<b>1,52</b>	<b>1,46</b>	<b>-0,7%</b>	<b>3,4%</b>	<b>1,51</b>	<b>1,48</b>	<b>2,0%</b>

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

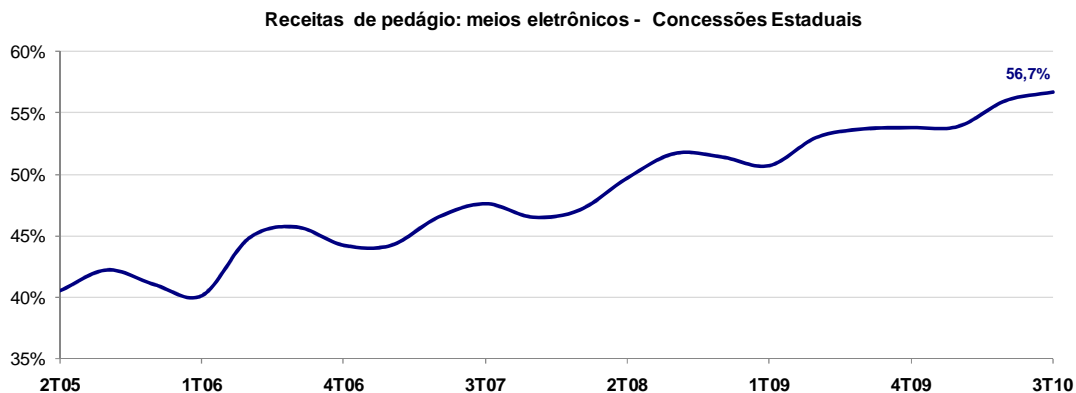
Cabe destacar as tarifas de pedágio das concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt que não sofreram alterações em relação ao 3T09 devido aos critérios de arredondamento da tarifa básica dos contratos de concessões.

### RECEITA LÍQUIDA

No 3T10, a OHL Brasil obteve receita líquida de R\$594,9 milhões, apresentando crescimento de 26,6% ante o 3T09. Este aumento deve-se ao crescimento de tráfego no período, ao reajuste contratual das tarifas de pedágio (+4,18%) em 01/07/2010 nas concessionárias estaduais, além do início de cobrança bidirecional em duas praças de pedágio da Centrovias no mês de julho de 2010 e abertura da última praça de pedágio da Fernão Dias.

#### **Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Estaduais**

A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessões estaduais no 3T10 representou 56,7%, contra 56,0% no 2T10 e 53,7% no 3T09. Abaixo, gráfico com a evolução da receita por meios eletrônicos desde 2005:



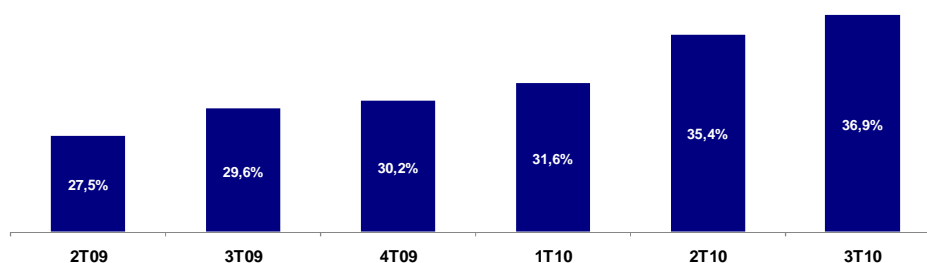
01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Federais**

Nas concessionárias federais o percentual médio de receita com cobrança eletrônica no 3T10 foi de 36,9% contra 35,4% no 2T10 e 29,6% no 3T09.

Receitas de pedágios: meios eletrônicos - Concessionárias Federais



No gráfico acima, observa-se a evolução da cobrança por meios eletrônicos nas concessionárias federais desde o início das operações.

**EBITDA E EBITDA AJUSTADO**

O EBITDA do trimestre foi de R\$238,4 milhões (margem de 40,1%), apresentando crescimento de 19,0% em relação ao 2T09. Tal crescimento foi impactado pelo início de operação e cobrança das praças de pedágio das concessionárias federais. O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu R\$259,7 milhões (+23,9%) e margem de 43,7%.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>594.891</b>	<b>535.546</b>	<b>469.839</b>	<b>11,1%</b>	<b>26,6%</b>
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(356.468)	(332.893)	(269.563)	7,1%	32,2%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>238.424</b>	<b>202.653</b>	<b>200.276</b>	<b>17,7%</b>	<b>19,0%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	40,1%	37,8%	42,6%		
(+) Provisão para manutenção de rodovias	43.813	19.474	30.555	125,0%	43,4%
(+) Ajustes de consolidação	(22.551)	1.863	(21.171)	-1310,5%	6,5%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup> (antes do IFRS)</b>	<b>259.686</b>	<b>223.990</b>	<b>209.660</b>	<b>15,9%</b>	<b>23,9%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	43,7%	41,8%	44,6%		

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2 Considera ajuste referente à reversão dos Lucros não realizados e provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

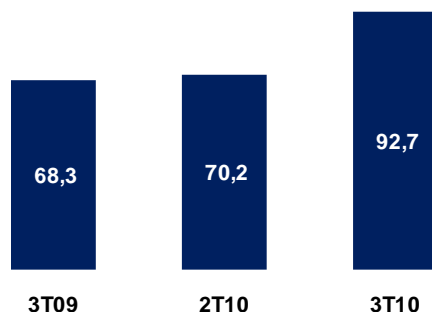
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo do EBITDA para reversão do montante relativo à "Provisão para manutenção em rodovias" e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista, conforme apresentado na tabela acima.

**LUCRO LÍQUIDO**

A Companhia obteve lucro líquido de R\$92,7 milhões, apresentando crescimento expressivo de R\$24,4 milhões em relação ao 3T09 (+35,7%).

Lucro Líquido (R\$ milhões)



**ENDIVIDAMENTO**

A Companhia encerrou o 3T10 com uma Dívida Líquida de R\$1.455,4 milhões, representando um crescimento de 0,3% em relação ao endividamento líquido no término do 2T10, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.504.026</b>	<b>2.473.740</b>	<b>1.657.481</b>	<b>1,2%</b>	<b>51,1%</b>
Curto Prazo	1.281.268	1.186.377	735.292	8,0%	74,3%
Longo Prazo	1.222.758	1.287.363	922.189	-5,0%	32,6%
Caixa e bancos	15.136	34.566	62.885	-56,2%	-75,9%
Aplicações Financeiras	965.989	952.298	264.564	1,4%	265,1%
Aplicações Financeiras Vinculadas	67.151	36.297	-	n.d.	n.d.
Aplicações Financeiras (LP)	294	153	5.158	92,2%	-94,3%
<b>Total Disp. e Aplicações</b>	<b>1.048.570</b>	<b>1.023.314</b>	<b>332.607</b>	<b>2,5%</b>	<b>215,3%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.455.456</b>	<b>1.450.426</b>	<b>1.324.874</b>	<b>0,3%</b>	<b>9,9%</b>

---

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

---

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

---

Este aumento de 0,3% ou R\$5,0 milhões no endividamento líquido frente ao 2T10 deve-se principalmente aos seguintes movimentos:

- (i) Aumento de R\$19,6 milhões em razão de desembolsos do Empréstimo Ponte junto ao BNDES nas Concessionárias Federais;
- (ii) Redução de R\$25,3 milhões face ao aumento das disponibilidades e aplicações; e
- (iii) Aumento de R\$ 10,6 milhões em função de juros e outras amortizações e movimentações.

**Empréstimo Ponte BNDES (Concessões Federais):** No 3T10 foram desembolsados mais R\$19,6 milhões pelas concessionárias federais. Até 30 de setembro de 2010 já haviam sido desembolsados R\$856,9 milhões do total de R\$1,0 bilhão referente ao “Empréstimo Ponte BNDES” assinado pelas concessionárias federais.

**Empréstimo de Longo Prazo BNDES (Concessões Federais):** A Companhia estrutura junto ao BNDES os financiamentos de longo prazo das concessionárias federais.

Em 14 de outubro de 2010 o BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira à Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$1.069,5 milhões para execução de serviços iniciais, recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, assim como construção da sede da concessionária, e, ainda, despesas prévias operacionais. O montante referente ao financiamento foi dividido em duas categorias de crédito: Crédito A no valor de R\$446,4 milhões, com prazo de amortização de 144 meses, carência de 12 meses e custo de TJLP+2,21%a.a.; e Crédito B no valor de R\$623,1 milhões, com prazo de amortização de 126 meses, carência até 15 de junho de 2014 e custo de TJLP+2,21%a.a..

Os financiamentos de longo prazo entre o BNDES e as concessionárias Autopista Planalto Sul S.A, Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Litoral Sul S.A. e Autopista Fluminense S.A estão em fase de análise pelo BNDES e suas condições e valores serão informados oportunamente.

A seguir apresentamos gráfico com o acompanhamento trimestral do Grau de Alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/(EBITDA – Pgto. do Ônus Fixo) (últimos 12 meses), que reflete o aumento do endividamento líquido, derivado do desenvolvimento dos programas de investimentos nas concessionárias federais. Encerramos o terceiro trimestre com o Grau de Alavancagem em 1,7x.

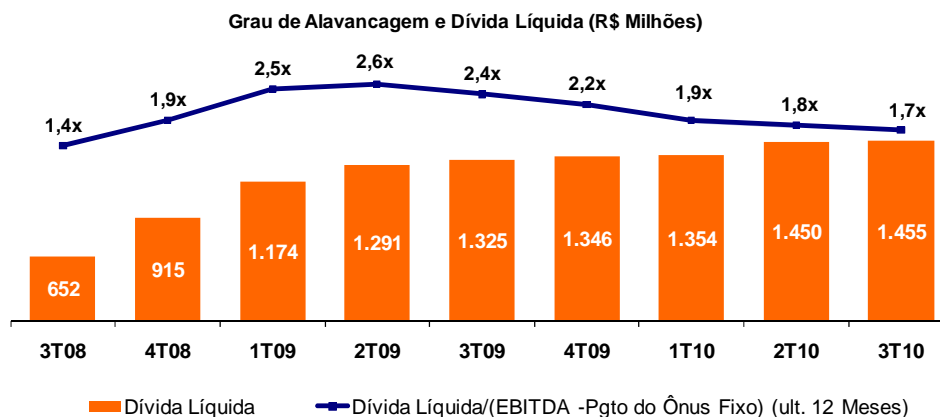


01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

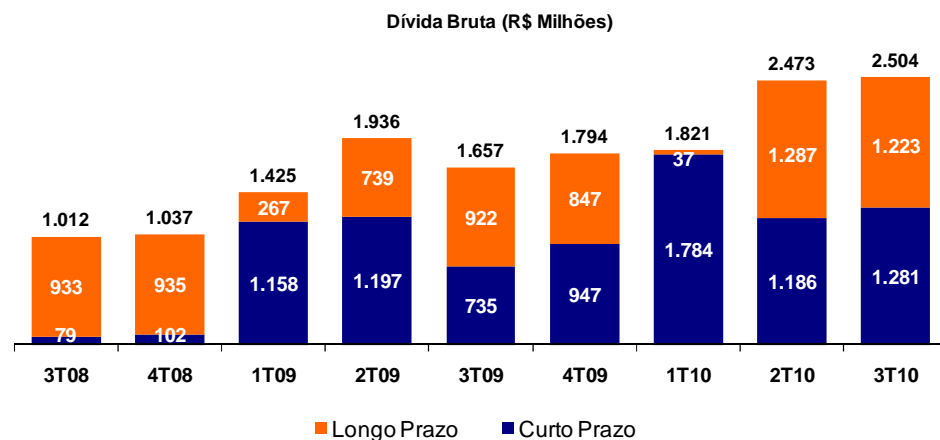
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Segue tabela com a composição dos indexadores de nosso endividamento bruto:

Endividamento (R\$ Mil)	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09
<b>Indexadores da Dívida</b>					
TJLP	909.295	894.181	781.971	1,7%	16,3%
CDI	1.241.863	1.236.307	869.926	0,4%	42,8%
IPCA	361.233	353.313	-	2,2%	n.d.
Outros	3.167	2.574	5.584	23,0%	-43,3%
<i>Custos Trans. e Encargos Antecip.</i>	<i>(11.532)</i>	<i>(12.635)</i>	-		
<b>Total</b>	<b>2.504.026</b>	<b>2.473.740</b>	<b>1.657.481</b>	<b>1,2%</b>	<b>51,1%</b>

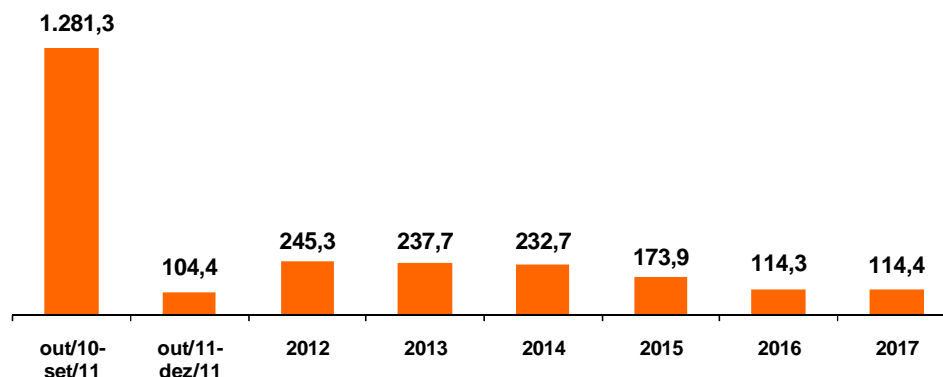
Abaixo demonstramos graficamente o endividamento bruto e o cronograma financeiro de amortização da companhia:



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Cronograma Financeiro de Amortização (R\$ milhões)



Do montante de R\$1.281,3 milhões amortizável no curto prazo (entre outubro/2010 e setembro/2011), R\$861,3 milhões refere-se ao “Empréstimo Ponte BNDES”, com vencimento no primeiro trimestre de 2011, que deverá ser refinanciado através do Empréstimo de Longo Prazo também junto ao BNDES.

**Eventos subsequentes ao trimestre:** As concessionárias estaduais Intervias e Autovias estão em processo de estruturação financeira com objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

**ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE**

Em consonância com os contratos de concessões estaduais, no 3T10 as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 14,2 milhões a título de ônus fixo. Veja tabela abaixo:

Ônus Fixo Pago (Fluxo de Caixa)	3T10	2T10	3T09	Var% 3T10/2T10	Var% 3T10/3T09	9M10	9M09	Var% 9M10/9M09
<b>Total</b>	<b>(14.162)</b>	<b>(13.596)</b>	<b>(13.595)</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>(41.353)</b>	<b>(39.832)</b>	<b>3,8%</b>
Autovias	(1.491)	(1.432)	(1.432)	4,1%	4,1%	(4.354)	(4.194)	3,8%
Centrovias	(2.231)	(2.142)	(2.142)	4,2%	4,2%	(6.515)	(6.276)	3,8%
Intervias	(1.388)	(1.333)	(1.332)	4,1%	4,2%	(4.054)	(3.905)	3,8%
Vianorte	(9.052)	(8.689)	(8.689)	4,2%	4,2%	(26.430)	(25.457)	3,8%

Em 30 de setembro de 2010, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Concessionárias	Saldo Nominal (R\$ mil)			Parcelas mensais a pagar		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Autovias	6.009	42.480	48.489	12	83	95
Centrovias	8.991	61.257	70.248	12	80	92
Intervias	5.595	47.655	53.250	12	100	112
Vianorte	36.476	239.196	275.672	12	77	89
<b>Total</b>	<b>57.071</b>	<b>390.588</b>	<b>447.659</b>			

**INVESTIMENTOS**

Os investimentos em ativo intangível e imobilizado somaram R\$159,9 milhões, dentre os principais investimentos estão:

- Conclusão do desdobramento das praças de pedágio nos municípios de Itirapina, Rio Claro, Brotas e Dois Córregos, na Centrovias para alteração bidirecional do sistema de cobrança (cobrança nos dois sentidos da rodovia);
- Término da construção da praça pedágio P1, localizada no município de Mairiporã, na concessionária federal Fernão Dias.
- Obras diversas para ampliação e recuperação das rodovias federais, tais como: duplicação da Serra do Cafezal, recuperação de pavimento e de sinalização horizontal, implantação de passarelas, reforma de obras-de-arte especiais e alargamento de pontes.

Abaixo apresentamos a composição dos investimentos realizados:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	3T10		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	8.649	1.221	7.428
Centrovias	9.199	3.624	5.575
Intervias	20.963	2.740	18.223
Vianorte	9.817	1.841	7.976
<b>Estaduais</b>	<b>48.628</b>	<b>9.426</b>	<b>39.202</b>
Planalto Sul	13.375	13.375	-
Fluminense	16.060	16.060	-
Fernão Dias	54.604	54.604	-
Régis Bittencourt	40.764	40.764	-
Litoral Sul	27.860	27.860	-
<b>Federais</b>	<b>152.663</b>	<b>152.663</b>	-
<b>Total</b>	<b>201.291</b>	<b>162.089</b>	<b>39.202</b>
Outros invest. e ajustes de consolidação	(2.209)	(2.209)	-
<b>Total</b>	<b>199.082</b>	<b>159.880</b>	<b>39.202</b>

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Adicionalmente foram pagos a título de manutenção especial o valor de R\$39,2 milhões no período.

Informações Adicionais: com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

**QUADRO DE PESSOAL**

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas:

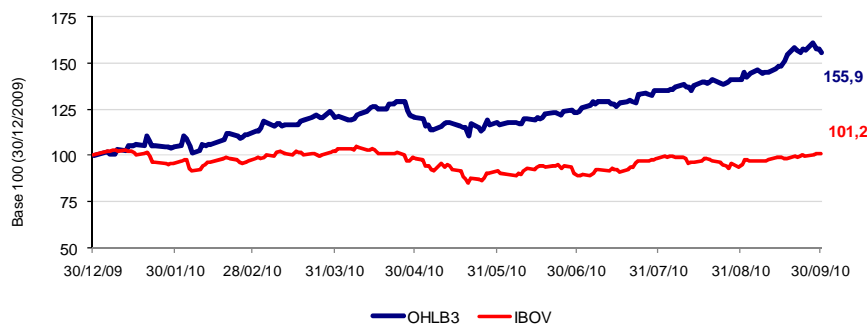
<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>30/09/10</b>	<b>30/09/09</b>	<b>Var.</b>
OHL (Holding)	97	92	5
<i>Concessionárias Estaduais</i>	<i>1.276</i>	<i>1.227</i>	<i>49</i>
Autovias	185	184	1
Centrovias	310	271	39
Intervias	545	540	5
Vianorte	236	232	4
<i>Concessionárias Federais</i>	<i>1.700</i>	<i>1.649</i>	<i>51</i>
Litoral Sul	312	296	16
Planalto Sul	148	151	(3)
Fluminense	233	229	4
Fernão Dias	484	452	32
Régis Bittencourt	523	521	2
Paulista	196	180	16
Latina Manutenção	1.437	1.396	41
Latina Sinalização	174	160	14
<b>Total</b>	<b>4.880</b>	<b>4.704</b>	<b>176</b>

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**MERCADO DE CAPITAIS**

Durante os nove meses de 2010 as ações da OHL Brasil apresentaram valorização de +55,9%, contra valorização de 1,2% do IBOVESPA.



Média Diária	3T10	2T10	3T09	3T10/2T10	3T10/3T09
Nº de Negócios	150	143	155	5,0%	-3,3%
Nº de Ações Negociadas	69.988	81.875	111.682	-14,5%	-37,3%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	3,32	3,35	2,45	-0,9%	35,5%

**COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

Composição Acionária	30/09/10	Part %
Participes en Brasil S.L. (OHL)	41.333.326	60,0%
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,5%
Skopos Adm. De Recursos Ltda.	5.344.300	7,8%
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,0%
Conselho de Administração	9	0,0%
Outros	10.824.808	15,7%
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,0%</b>

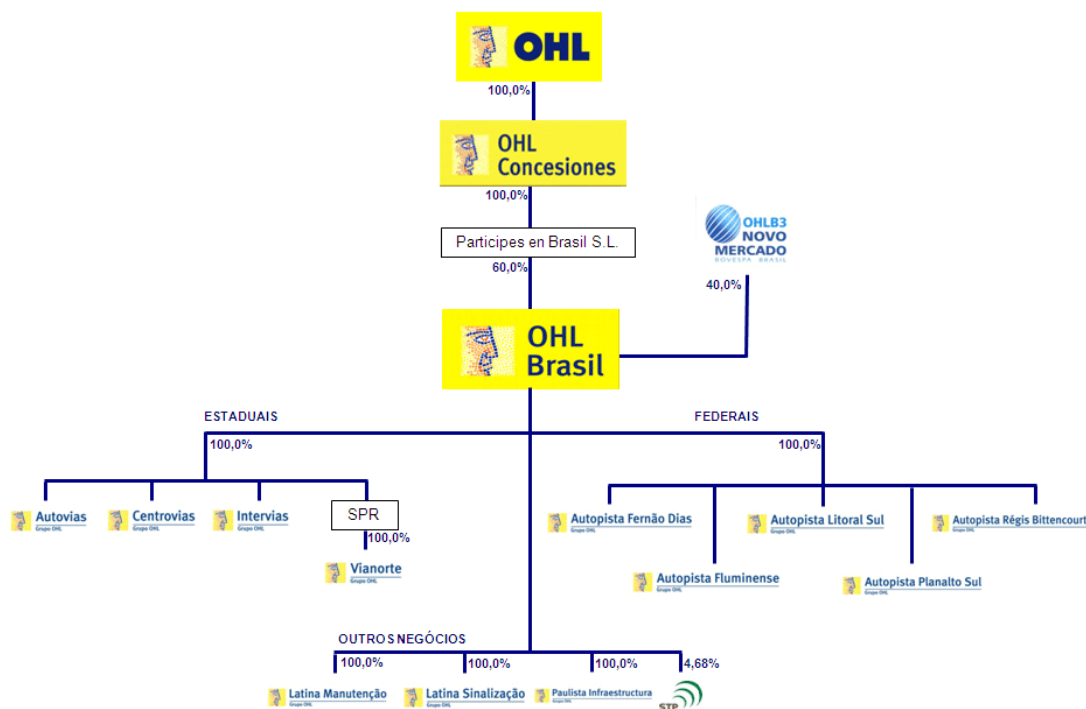
01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**ESTRUTURA SOCIETÁRIA**



**CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO**

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
<b>Concessões Estaduais</b>					
Autovias	316,6	5	ago/18	ago/2018	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun/2018	jun/2019	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev/2020	jan/2028	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar/2018	mar/2018	IGP-M
<b>Concessões Federais</b>					
Autopista Litoral Sul	382,3	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Autopista Planalto Sul	412,7	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Autopista Fluminense	320,1	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Autopista Fernão Dias	562,1	8	n.a.	fev/2033	IPCA
Autopista Regis Bittencourt	401,6	6	n.a.	fev/2033	IPCA

---

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

---

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

---

**QUEM SOMOS**

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

[www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br)

*Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.*

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
01	AUTOVIAS S.A.	02.679.185/0001-38	ABERTA CONTROLADA	100,00	12,18
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		114.182			114.182
02	CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	02.555.926/0001-79	ABERTA CONTROLADA	100,00	8,09
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		54.264			54.264
03	CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	03.207.703/0001-83	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,63
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.321			4.321
04	VIANORTE S.A.	02.366.097/0001-86	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	11,24
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.071			1.071
05	AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	09.325.109/0001-73	ABERTA CONTROLADA	100,00	2,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		25.001			25.001
06	AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	09.324.949/0001-11	ABERTA CONTROLADA	100,00	5,82
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.001			63.001
07	AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	09.326.342/0001-70	ABERTA CONTROLADA	100,00	12,32
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		168.001			138.001
08	AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	09.336.431/0001-06	ABERTA CONTROLADA	100,00	10,82
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		85.793			85.793
09	AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	09.313.969/0001-97	ABERTA CONTROLADA	100,00	4,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		51.001			51.001



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)		
10	PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	07.222.218/0001-30	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,53
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		500		500
11	LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	07.207.197/0001-83	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,93
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250
12	SPR SOC. PARA PART. EM ROD S.A.	07.711.651/0001-39	FECHADA CONTROLADA	100,00	8,67
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		117.328		178.421
13	LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	10.514.390/0001-71	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,66
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ACIONISTA COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PARTÍCIPIES EN BRASIL UNIPERSONAL S L*	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO	7.942.000	11,53			7.942.000	11,53
CSHG VERDE MASTER FIM	4.726.200	6,86			4.726.200	6,86
GREEN HG FUND LLC	1.621.900	2,35			1.621.900	2,35
CSHG VERDE EQUITY MASTER FIA	1.442.700	2,09			1.442.700	2,09
HG DL A COES FIA	34.000	0,05			34.000	0,05
CSHG PHIREN FIA	31.000	0,05			31.000	0,05
HG INTREPID A COES FIM	25.700	0,04			25.700	0,04
CSHG CABRA FIA	16.000	0,02			16.000	0,02
CLUBE DE INV HG IPANEMA	14.000	0,02			14.000	0,02
CSHG RL PREV FIA	10.500	0,02			10.500	0,02
CSHG ROKA FIA	4.500	0,01			4.500	0,01
CSHG SEIUZ FIA	4.000	0,01			4.000	0,01
HG JOREROS FIA	3.500	0,01			3.500	0,01
CSHG ZAPPIAC FIA	3.500	0,01			3.500	0,01
CSHG 628 FICFI MM	2.500	0,00			2.500	0,00
CSHG HUGO FICFIM	2.000	0,00			2.000	0,00
SKOPOS ADM. DE RECURSOS LTDA.	5.344.300	7,76			5.344.300	7,76
SKOPOS MASTER FIA	3.477.300	5,05			3.477.300	5,05
SKOPOS HG FUND LLC	713.000	1,04			713.000	1,04
SKOPOS HG FUND LLC	446.000	0,65			446.000	0,65
SKOPOS HG GREY CITY FUND LLC	346.200	0,50			346.200	0,50
SKOPOS HG BRK FUND LLC	330.300	0,48			330.300	0,48
SKOPOS CARDEAL FIA	31.500	0,05			31.500	0,05
KENDALL DEV ELOPS S L*	3.444.445	5,00			3.444.445	5,00
OUTROS	10.824.817	15,71			10.824.817	15,71
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>			<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>

\*Sede: Espanha

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: PARTÍCIPIES EN BRASIL UNIPERSONAL S L					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL	1.366.740	100,00			1.366.740	100,00
<b>Total</b>	<b>1.366.740</b>	<b>100,00</b>			<b>1.366.740</b>	<b>100,00</b>

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OBRASCON HUARTE LAIN S.A.	162.859.973	100,00			162.859.973	100,00
<b>Total</b>	<b>162.859.973</b>	<b>100,00</b>			<b>162.859.973</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GRUPO VILLAR MIR S.L.U.	46.422.561	46,54			46.422.561	46,54
ESPACIO ACTIVOS FINANCIEROS, S.L.U. *	8.625.032	8,65			8.625.032	8,65
FERTIBERIA, S.A.	1.024.478	1,03			1.024.478	1,03
FERROATLÁNTICA, S.L.	940.217	0,94			940.217	0,94
OUTROS - MERCADO	42.728.654	42,84			42.728.654	42,84
<b>Total</b>	<b>99.740.942</b>	<b>100,00</b>			<b>99.740.942</b>	<b>100,00</b>

\* Controlada 100% pela Imobiliária Espacio S.A.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: GRUPO VILLAR MIR SLU					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INMOBILIARIA ESPACIO S.A.	551.696	100,00			551.696	100,00
<b>Total</b>	<b>551.696</b>	<b>100,00</b>			<b>551.696</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: INMOBILIARIA ESPACIO S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JUAN VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
SILVIA VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
ÁLVARO VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
CAIZ, S.L.	140.870	5,61			140.870	5,61
AÇÕES EM TESOURARIA	208.015	8,28			208.015	8,28
<b>Total</b>	<b>2.512.299</b>	<b>100,00</b>			<b>2.512.299</b>	<b>100,00</b>

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (30/09/2010)						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
<b>Administradores</b>	<b>9</b>	<b>0,00</b>			<b>9</b>	<b>0,00</b>
Conselho de Administração	9	0,00			9	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
<b>Outros (Free Float)</b>	<b>27.555.553</b>	<b>40,00</b>			<b>27.555.553</b>	<b>40,00</b>
Outros Acionistas	27.555.553	40,00			27.555.553	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>			<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>

\* O Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (30/09/2009)						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	7	0,00			7	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
<b>Outros (Free Float)</b>	<b>27.555.555</b>	<b>40,00</b>			<b>27.555.555</b>	<b>40,00</b>
Outros Acionistas	27.555.555	40,00			27.555.555	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>			<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>

\* O Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007

**VINCULAÇÃO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM**

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.  
São Paulo – SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### **Informações trimestrais reapresentadas**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 7 de maio de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência em 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

Campinas, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour  
Contador  
CRC nº. 1 SP 156465/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

---

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

---

---

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

---

Reapresentação das informações em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

“Reapresentação referente a ajuste no relatório dos auditores independentes e ajustes não significativos nas notas explicativas”.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	19
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	22
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	23
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	104
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	105
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	120
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	122
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	125
		AUTOVIAS S.A.	
		CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	
		VIANORTE S.A.	
		AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	
		AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	
		AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	
		AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	
		AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	
		PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	
		LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	
		SPR SOC. PARA PART. EM ROD S.A.	
		LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	



**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

**ÍNDICE**

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	127